

**UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ**

**EDER ALVES FIGENIO**

**O PECADO NOSSO DE CADA DIA: OS 7 PECADOS CAPITAIS E A  
“MODELAGEM” DO HOMEM MEDIEVAL POR SANTO TOMÁS DE  
AQUINO**

**CURITIBA  
2014**

**EDER ALVES FIGENIO**

**O PECADO NOSSO DE CADA DIA: OS 7 PECADOS CAPITAIS E A  
“MODELAGEM” DO HOMEM MEDIEVAL POR SANTO TOMÁS DE  
AQUINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Vera Irene Jurkevics.

**CURITIBA  
2014**

Assim como muitas coisas na vida, uma pesquisa histórica não pode ser realizada sozinha, portanto, essa monografia só foi possível através do apoio que foi me dado, por todos que fizeram parte dessa história, e que mesmo com o pouco, puderam me proporcionar as condições para que essa pesquisa chegasse a sua conclusão. Se não tivesse o apoio recebido, muito provável que esse momento não estaria acontecendo.

Sou grato primeiramente a minha família, que mesmo nos momentos mais difíceis dessa trajetória, sempre me estenderam a mão, não permitindo jamais desistir, mesmo com as grandes dificuldades apresentadas no caminho. Meu pai, apesar das divergências, nunca me negou apoio, sempre me deu força e me incentivou a prosseguir. Minha mãe, que mesmo com as dificuldades que sempre enfrentou, nunca desistiu de estar ao meu lado, a vocês, Antônio Alves Figenio e Roseli Aparecida Figenio, que dedico essa pesquisa, para que assim eu possa realizar um sonho que a vocês não foi possível, mas com seu apoio, vencemos juntos.

Em segundo, a minha companheira, que mesmo em momentos mais difíceis, se manteve firme ao meu lado, dando apoio, auxiliando nas pesquisas e principalmente, me impedindo de desistir. Verônica Alves de Araújo e família, meus sinceros agradecimentos, porque vocês me deram a força que às vezes me faltava. Dedico essa pesquisa histórica a essa família que apareceu no meio do caminho, mas que faz parte desse acontecimento, e que agora também é minha família.

Por ultimo, mas tão importante quanto os demais, agradeço a minha orientadora, professora doutora Vera Irene Jurkevics, que não me deu apenas apoio como orientadora, mas teve a paciência própria de uma pessoa experiente, que cuida de uma forma especial aquele aprendiz de historiador, um tanto afobado, muito ansioso e temeroso, dando a tranquilidade que só a experiência de uma historiadora de sucesso poderia ter. Obrigado professora por todo apoio recebido.

A também a meus colegas de curso, que estiveram ao meu lado desde o início, apesar das divergências, somos todos bons amigos e a todos, que aqui não citei, mas que fizeram parte dessa conquista, meus mais sinceros agradecimentos.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
<b>1. PECADO: CONCEITUALIZAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1. O PECADO E O TEMPO: VERTENTES TEOLÓGICAS. ....	11
1.1.1. Gregório I, O Grande.....	13
1.1.2. IV Concílio de Latrão, a confissão auricular e a formação da sociedade do pecado. 15	
1.2. TOMÁS DE AQUINO, UM HOMEM DE SEU TEMPO.....	18
1.2.1. Suma Teológica. ....	20
1.2.2. Os Sete Pecados: Da Acedia.....	21
1.2.3. Da Inveja. ....	22
1.2.4. Da Avareza. ....	23
1.2.5. Da Gula.....	25
1.2.6. Da Luxúria.....	26
1.2.7. Da Ira. ....	27
1.2.8. Da Soberba. ....	28
<b>2. FÉ E PECADO: A CONFIGURAÇÃO DA "SOCIEDADE DO PECADO".....</b>	<b>31</b>
2.1. OS SETE PECADOS CAPITAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO.....	33
2.2. SETE PECADOS, VÁRIAS INTERPRETAÇÕES.....	37
2.2.1. Confessionário, desabafo e desafios. ....	38
2.2.2. Sermões, <i>exemplas</i> e literatura: o pecado explicado através de contos e histórias. ...	41
2.2.3. Entre Soberba, Inveja e Ira: relações humanas acirradas. ....	44
2.2.4. Gula e Luxúria: sedução da carne, perdição da alma. ....	50
2.2.5. Avareza e Preguiça: economia e pecado andam de mãos dadas. ....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Idade Média, Mil Anos de Escuridão, Era das Trevas. Tantos termos denominam esse longo período da história do ocidente. Tal forma de denominar um tão longo período da nossa história só foi possível através da interpretação. Por se caracterizar uma era dominada pela fé, as épocas posteriores estigmatizaram tal milênio, tornando-o cada vez menos importante para as sociedades. Mas, assim como a interpretação logo após o período mudou, na era contemporânea, está modificando-se, lentamente a forma de se entender tal período. Historiadores conhecidos contribuíram para que isso acontecesse, dedicando suas vidas a uma nova forma de se conceber o medieval.

Esse longo período pode nos proporcionar muito mais do que já conhecemos, mesmo com o amplo domínio da fé, não se deixou de produzir conhecimentos. A interpretação esteve presente sempre, dentro das principais instituições da época, mas não ficando aprisionadas a elas, mas também envolvendo a comunidade leiga, refletindo posteriormente nas relações simbólico-imaginárias e nas representações de tal povo. Nesse pensamento que se formou a presente pesquisa, que buscou fazer uma reflexão sobre a interpretação de um conceito presente dentro da realidade medieval, o Pecado.

Muitos indivíduos julgam conhecer o “certo e o errado”, determinar o que é moralmente aceitável do que é repreensível. Nos dias atuais, tal pensamento não é diferente, afinal, mesmo após tantas transformações sociais, ainda debatemos tabus, que foram firmados há alguns milênios, como se aquilo ainda permanecesse imutável, estático e definido. Algumas camadas da sociedade buscam com afincado quebrar tais paradigmas, mas ambos os lados acabam ignorando o processo histórico, não por teimosia ou por tal fator ser irrelevante, mas porque ainda sofrem com a interpretação, feitas sem um prévio conhecimento histórico do assunto.

Para a Igreja, pecado é pecado, independente da forma que entendemos atualmente ou na forma que era concebido a mil anos atrás, isso ocorre a instituição

devido a sua necessidade de legitimação, que se baseou na sua forma de interpretar que conseguiu com solidar a sua legitimação perante a sociedade pela qual ela representa. Mas tal fator não ocorre quando é analisada a sociedade em camadas sociais. Cada classe, cada indivíduo vai compreender o pecado de acordo com a sua realidade e necessidade.

Com base nessa perspectiva, essa pesquisa monográfica tem o intuito de realizar uma reflexão sobre a interpretação do pecado, partindo da divisão mais conhecida do conceito: Os Sete Pecados Capitais. Tomando como base no teólogo mais conhecido da época, e que mais teve alcance social, pensou-se em fazer uma análise do alcance social da incorporação dos Sete Pecados Capitais à doutrina cristã, no século XIII, por Santo Tomás de Aquino, na Europa medieval.

Para atingir esse objetivo, utilizei o conceito de imaginário e simbólico dentro das instituições, defendido por Cornélius Castoriadis em sua obra *A Instituição Imaginária da Sociedade*, em que o autor afirmou a importância da existência do plano simbólico e imaginário para que uma dada instituição – no caso, a Igreja – possa se legitimar perante a sociedade em que ela está inserida.

Além desses conceitos, utilizei o conceito de representação defendida por Roger Chartier em sua obra *A História Cultural: entre práticas e representações*, na qual o historiador buscou fazer uma análise das representações culturais do homem na história, reflexo de um processo histórico que transforma relações sociais de acordo com as mudanças no tempo. A representação na Igreja acabou sendo algo extremamente abrangente, variando em suas formas. Os sete pecados capitais acabaram por se tornar representação de uma sociedade que se modelou com o período e de acordo com a instituição dominante.

Como apoio, fiz uso de obras dos principais autores sobre o tema, que são Jean Delumeau e Jacques Le Goff. O primeiro proporcionou mais conhecimento sobre os processos de confissão, penitência e possíveis castigos para os pecados, além da forma

que muitas camadas sociais, incluindo o clero, entendiam o pecado, seus temores e suas interpretações. Com o auxílio principalmente das obras *O Pecado e o Medo*, *A Confissão e o Perdão* e também a obra *História do Medo no Ocidente*.

Quanto ao segundo, fez-se uso principalmente das obras *A Bolsa e a Vida*, *O Nascimento do Purgatório* e o *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, cada obra, além de auxiliar na compreensão das formas interpretativas do conceito na época, também proporcionou documentos que foram analisados pelo historiador, que abordam questões cotidianas sobre os sete pecados capitais e que auxiliaram numa formulação de história cotidiana. Principalmente, os textos do historiador proporcionaram a possibilidade de contextualizar o tema de acordo com a época que estava sendo analisada.

A presente pesquisa se utilizou, como já acima citado, de um dos principais teólogos da Idade Média, no século XIII, Tomás de Aquino. Sua obra intitulada *Suma Teológica* é a principal fonte utilizada, que proporcionou o conhecimento necessário para a compreensão da formulação das normas da Igreja, além de entender como tal conceito era entendido em sua época. Tal teólogo é reconhecido atualmente como o autor que melhor definiu os sete pecados capitais e que tal definição, mesmo com algumas alterações, se mantém até os dias atuais. O alcance social de tal obra foi grande no período, por se tratar de uma obra pedagógica, voltada para os iniciantes na fé católica. Além das questões do pecado, o teólogo também abordou inúmeras outras questões sobre a fé, tendo como influencia o pensamento aristotélico, presente com força na escolástica, que estava em alta em seu período.

Além da fonte acima citada, se fez a utilização da obra *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Tal obra foi referencia literária em sua época, sendo ainda editada nos dias atuais. Com o auxílio de sua obra, Dante, que era católico fervoroso, auxiliou a criar mais símbolos imaginários, envoltos em medos e temores, no qual a instituição se beneficiou com certo aumento no numero de seus fieis. Escrito em poema, a obra citada, além do auxílio na formação imaginária da sociedade, também é uma forma de

representação da interpretação dos pecados capitais em seu período, por ser escrita em meados do século XIV.

Além das obras já citadas, também foram utilizados cânones de concílios, como o de Nicéia e o de Latrão IV, que auxiliaram na formação da estrutura oficial da instituição. Também a obra de Santo Agostinho *Confissões*, na coleção Os Pensadores. Tal teólogo deu a base sobre a dualidade nas relações de fé e uma das primeiras definições de pecado para o ocidente, além de textos bíblicos. Para que tal pesquisa tornasse possível, se fez necessário uma metodologia que analisasse a história cultural de um período e de um local muito abrangente, posterior ao século XIII e que envolvia grande parte da Europa Ocidental. Primeiramente uma separação de fontes e uma análise bibliográfica dos autores já renomados que estudaram o tema em suas pesquisas, além de fontes escritas, após essa etapa, se fez a escrita do texto da presente pesquisa.

O primeiro capítulo aborda o processo histórico que o conceito de pecado sofreu ao longo de sua trajetória, até chegar ao século XIII, buscando demonstrar algumas diferenças nas interpretações entre autores anteriores a reforma católica do século XII, buscando fazer uma descrição do processo que levou a afirmação institucional da Igreja perante seu público, no qual tornou-se a instituição mais poderosa e antiga da história do ocidente. O segundo capítulo aborda as variadas formas de interpretação de cada pecado capital, tomando como base a fonte principal e os documentos utilizados nas pesquisas de Jean Delumeau e Jacques Le Goff. Fazendo reflexões sobre a variação do entendimento dos pecados de acordo com o interesse das classes em questão e com o período abordado.



## 1. PECADO: CONCEITUALIZAÇÃO.

Durante séculos, o conceito de pecado esteve presente nas mentes humanas, mas nunca com tamanha proporção como foi durante o período medieval, mais precisamente do século XIII em diante. Mas esse conceito não surgiu do nada, nem poderia ser, afinal, como afirmou Cornélius Castoriadis (CASTORIADIS, 1982, p.147), o imaginário é fruto das relações sócio-históricas que estão em constantes transformações. Com essa afirmação, demonstrou que as tramas simbólicas existentes no interior das sociedades, são frutos de relações históricas, que moldam o imaginário, responsável por criar as instituições.

Toda instituição é constituída no plano simbólico, mas não fica sua cativa, no entanto, é impossível que exista sem que essa relação esteja presente. A Igreja Medieval sofreu esse mesmo processo. Para tornar-se a instituição consolidada que atualmente conhecemos, criou símbolos e lhes deu significados. Dentro de seus rituais, observa-se uma extensa simbologia e elementos imaginários, mas não imaginário como algo sonhado, algo fora da realidade, ao contrário, ligado a questões práticas pelas quais essa instituição é responsável.

A Igreja sempre teve o papel de mediadora das relações entre Deus e os homens, isso aparece de modo claro, inserido nos seus rituais. Mas necessitou trazer essa ideia ao plano real, e para que se tornasse legítimo, foi necessário criar uma simbologia que delimitasse as ações humanas. Nesse contexto foi inserido o conceito de pecado. Mas antes de iniciar o tema, é necessário defini-lo.

Segundo Santo Agostinho<sup>1</sup>, o pecado é:

[...] uma transgressão da lei divina, na medida em que a alma foi criada por Deus para reger o corpo, e o homem, fazendo mau uso do livre arbítrio, inverte essa relação, subordinando a alma ao corpo e caindo na concupiscência e na ignorância. Voltada para a matéria, a alma acaba por secar-se pelo contato com o sensível, dando a ele o pouco de substância que lhe resta, esvaindo-se no não ser e considerando-se a si mesmo como corpo. (AGOSTINHO, 1980, p.20).

---

<sup>1</sup> Agostinho de Hipona (354-430), bispo de Hipona, na atual Argélia, foi importante teólogo e filósofo do período inicial cristão. De influência platônica, entendeu que a razão rege o corpo sobre a vontade. Seus estudos sobre teologia são utilizados até os dias atuais.

Santo Agostinho definiu o cerne do pecado, como sendo a inversão da essência da alma. Ao cair na iniquidade, a alma passa a ser submissa ao corpo, entregando a ele seu conteúdo, que provem de Deus, esvazia-se e seca, e por fim, acaba se considerando corpo. Nesse estado, a alma passa a não ter mais condições de garantir sua salvação, se torna dependente de um fator externo, que vai além do livre arbítrio, algo que provem do próprio Deus, ou seja, da Graça. Com isso, a salvação não está mais ligada à vontade do homem, mas sim na possibilidade, dependente do desejo de Deus. Sem o auxílio da Graça, a alma corre o risco de morrer.

Uma vez definido o pecado, buscou-se encontrar a sua natureza. Mas, se o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, então como esse pecado foi introduzido? Quais efeitos esse pecado teve sobre os homens posteriores a ele? Para responder essas questões, é necessário que se esclareça o que significa a ideia de “à imagem e semelhança de Deus”, e para isso é preciso utilizar novamente o pensamento de Santo Agostinho:

Feito à semelhança de Deus, (homem) desdobra-se em correspondência com as três pessoas da Trindade. As expressões dessa correspondência encontram-se nas três faculdades da alma. A memória, enquanto persistência de imagens produzidas pela percepção sensível corresponderia à essência (Deus Pai), aquilo que é e nunca deixa de ser; a inteligência seria correlato do verbo, razão ou verdade (Filho); finalmente, a vontade constituiria expressão humana do amor (Espírito Santo), responsável pela criação do mundo. (AGOSTINHO, 1980, p.20).

Como observado, o homem, ao ser criado por Deus, tem na essência de sua alma, relação correspondente com ele, mas é na vontade da alma, que se apresenta a questão do pecado. Como Santo Agostinho afirmou: “[...] a vontade seria essencialmente criadora e livre, e nela tem raízes e possibilidade de o homem afastar-se do Deus”. (AGOSTINHO, 1980, p.20). Essa essência criadora e livre da alma, chamada de livre arbítrio, faz com que o homem escolha seu caminho, ou seja, o livre arbítrio possibilita ao homem aproximar-se do que é mal, se afastando, por consequência de Deus.

Assim o pecado entrou no mundo, através da vontade do homem, que escolheu por intermédio de sua própria vontade, desobedecer a Deus, criando a mácula do pecado

na história da humanidade. Esse primeiro pecado recebeu o nome de Pecado Original, mas “[...] esse pecado é original não apenas porque está na origem da história da humanidade, mas especialmente porque está na origem da vida de cada homem, que nasce pecador antes mesmo de haver cometido algum pecado”. (CASAGRANDE; VECCHIO, *ap.* LE GOFF; SCHMITT, 2006, p.339 b), ou seja, após seu nascimento, cada homem contrai a marca do primeiro pecado, tornando-se igualmente culpado do Pecado Original.

Para a interpretação da Igreja, o homem é cúmplice de Adão quanto à culpa do primeiro pecado. Entretanto, dentro dos rituais cristãos, existe o sacramento do batismo, que tende a “apagar” a culpa do homem pelo primeiro pecado, deixando-lhe apenas as consequências do mesmo. Essa consequência seria a responsável pelo pecado atual. Após o batismo, o homem não é mais culpado do Pecado Original, mas está à mercê da tentação posterior, causa dos demais pecados.

Durante séculos, alguns teólogos buscaram classificar os pecados. Isso se deu pela motivação de conhecer melhor o conceito, visto como consequência da má escolha do homem por seu livre arbítrio, pela instituição. Com essa classificação, via-se a possibilidade que os clérigos pudessem identificar essa “doença da alma” e posteriormente, melhor “tratá-la”. Por isso, foram inúmeras as tentativas de classificação durante o período medieval. O mais famoso esquema foi o dos Pecados Capitais<sup>2</sup>, que já existiam no imaginário cristão, e foram adaptadas por Gregório Magno<sup>3</sup> no século VI. Outras classificações apareceram posteriormente, como o esquema das três tentações, baseadas na escritura<sup>4</sup>, os pecados de pensamentos, palavras e obras, pecados contra os preceitos do decálogo, entre outros. (CASAGRANDE; VECCHIO, *ap.* LE GOFF; SCHMITT, 2006, p. 346 b).

---

<sup>2</sup> Capital (*Caput*). Palavra de origem no latim significa Cabeça. Na definição dos Sete Pecados Capitais, se apresenta como a “Cabeça dos Pecados”, ou seja, os pecados que dão origem aos demais.

<sup>3</sup> Viveu entre 540-604, em Roma, ocupou o Trono de São Pedro a partir de 590 até a sua morte. Marcou a teologia cristã ao iniciar o ensino do dogma do Purgatório.

<sup>4</sup> *Escritura*: forma utilizada por religiosos para falar do conteúdo da Bíblia.

### 1.1. O PECADO E O TEMPO: VERTENTES TEOLÓGICAS.

Santo Agostinho vivenciou um período turbulento na Europa, testemunhou fatos que mudaram os rumos da história em seu período. As invasões “bárbaras” fizeram a população de Roma, cidade na qual o teólogo viveu por longo tempo, questionar a posição dos religiosos, que pararam de realizar os cultos pagãos romanos e dedicaram-se ao cristianismo. Muitos afirmaram que as invasões ocorreram devido ao abandono dos deuses, e a culpa era da religião cristã. Agostinho, vendo isso, respondeu escrevendo sua obra *A Cidade de Deus*. Nela, o autor analisou os problemas históricos existentes em seu período, defendeu a existência de duas cidades, a cidade de nascimento do homem e a Cidade de Deus.

Santo Agostinho atribuiu à divisão das duas cidades através da duplicidade da natureza humana: “O homem, como corpo e espírito, seria a um só tempo cidadão deste mundo e da cidade celestial, dividindo suas atenções entre os interesses terrenos (centrados no corpo) e os ultraterrenos (pertencentes à alma)” (INÁCIO; DE LUCA, 1994, p. 30).

Essa definição apareceu como uma construção histórica de um conceito, baseado no contexto em que o Santo viveu, relacionando a disputa entre o bem terreno, natural ao ser humano, que compete às questões de natureza carnal, ou seja, às necessidades físicas, que podem envolver o ser no pecado, devido a sua fina separação entre necessidade humana e ato pecaminoso. E a esperança da salvação espiritual, que forneceria a paz celestial que existiria apenas no reino celeste. Com isso, Santo Agostinho afirmou que o homem edifica as duas cidades, entretanto, alguns se voltam para a edificação da Cidade dos Homens, se entregando ao pecado e aqueles que fugindo, edificam a Cidade de Deus.

Esse pensamento modificou a visão medieval quanto às noções de pecado do homem, influenciando muitos teólogos. Mas, devido à escassez de fontes de pesquisas, se voltaram para o que estavam ao seu alcance, que eram em primeiro, as Escrituras, muito estudadas no período, passando para os conhecimentos de Santo Agostinho e as influências do platonismo, fortemente inseridos em sua obra.

A edificação da chamada cidade dos homens é formada pelo indivíduo que se entregaram aos pecados e vícios, sua alma não tem mais a capacidade de conseguir alcançar a salvação por conta própria, ficando totalmente dependente da Graça.

Um contemporâneo do bispo de Hipona, mas que viveu em outra parte do mundo foi João Cassiano. Este importante monge, nasceu por volta do ano de 360, mas seu lugar de origem se mantém indefinido. De família importante, pôde estudar as letras clássicas e, com dezoito anos, partiu em direção à Palestina, a fim de se formar no monacato palestino e depois egípcio, mas acabou sofrendo perseguições do bispo de Alexandria, Teófilo. Acompanhado de Germano, seu amigo, partiu para Constantinopla, ficando sob a guarda de João Crisóstomo<sup>5</sup>. Durante sua estadia, recebeu em 405, a ordenação como diácono<sup>6</sup>. Logo depois, juntamente com Germano, partiu para Roma.

A maior contribuição de João Cassiano para a hamartiologia<sup>7</sup> foi como líder dos teólogos chamados semipelagianos. Essa doutrina fundada pelo monge consiste na salvação como sendo de responsabilidade, tanto de Deus, como da vontade humana. Contrário às teorias agostinianas, sobre a Graça, que a dava total poder sobre a salvação do homem. Esse teólogo, junto de seus companheiros, buscou afirmar que a Graça era sim responsável pela salvação, mas não da maneira como Santo Agostinho havia defendido.

Afirmou que era necessário a *Initium Fidei* (Fé Inicial), ou seja, o primeiro passo em direção a Deus. Mas essa teoria não foi muito bem aceita pela Igreja, em princípio, devido ao fato de estar muito próxima do pelagianismo<sup>8</sup>, visto como heresia pelos clérigos, após o Sínodo de Orange, em 529, no sul da França. O problema do semipelagianismo ficou encerrado, foram reafirmadas as teorias agostinianas e acentuado a ação da Graça no sacramento do batismo.

---

<sup>5</sup> Monge nascido na Antioquia viveu entre os anos 349-407, foi teólogo da Igreja Ortodoxa e em 397 foi nomeado bispo de Constantinopla pelo imperador Teodósio I, primeiro a pregar o cesaropapismo (domínio imperial sobre a Igreja, além de condenar as desigualdades sociais que existiam na cidade). Por tudo isso, foi admirado pela população local, mas devido a problemas políticos, foi condenado, deposto do cargo e exilado de Constantinopla.

<sup>6</sup> Palavra de origem grega (*diakonos*) significa Servo de Cristo.

<sup>7</sup> Parte da teologia sistemática que estuda a origem do pecado e as respectivas consequências.

<sup>8</sup> Termo derivado do nome de Pelágio da Bretanha. Foi uma vertente teológica que estudou o pecado original, a corrupção da natureza humana, o servo arbítrio (arbítrio escravizado, cativo) e a necessidade da graça divina para a salvação.

Entretanto, esse problema ficou encerrado apenas em termos oficiais, porque, um breve período depois, já em 590, surgiu um novo teólogo, admirador das teorias agostinianas, mas que as estudou partindo do ponto de vista de João Cassiano. Esse teólogo mudou, com essa atitude, as formas de se entender os preceitos religiosos, formando uma nova maneira de interpretar a teologia. Tratava-se de Gregório I, também conhecido por Gregório Magno (o Grande).

### 1.1.1. Gregório I, O Grande.

Gregório I figurou na lista dos doutores da Igreja<sup>9</sup>, visto por muitos estudiosos como o último Pai da Igreja<sup>10</sup>, nascido por volta de 540, de família aristocrática romana, figurou cedo no meio político, sendo prefeito de Roma, por um breve período, entre 573 a 574, mas deixou o cargo para se tornar monge. Enquanto esteve em Roma, no ano de 585, o Papa Pelágio II nomeou-o secretário e conselheiro, mas ao morrer, em fevereiro de 590, Gregório foi aclamado Papa. Tentou recusar o posto, chegou a se dirigir ao imperador, porém sua iniciativa não teve resultado, por isso então, contra sua vontade, foi instituído Papa<sup>11</sup>.

Durante seu papado, promoveu mudanças, como a promoção das diretrizes para os bispos, encontradas em sua *Regra Pastoral* e se esforçou para realizar um programa missionário entre a Grã-Bretanha e os Arianos<sup>12</sup>. Incentivou o monasticismo, patrocinando a fundação de inúmeros mosteiros e oficializando o movimento de Bento de

---

<sup>9</sup> Teólogos que através de seus estudos, forneceram as condições do cristianismo sair de uma crença sem maiores fundamentos, para uma religião formalizada e instituída, legitimada sobre o cotidiano do homem ocidental.

<sup>10</sup> *Patrística*: busca dos conhecimentos filosóficos gregos para auxiliar na legitimação da fé cristã. Esse tipo de pensamento foi muito utilizado por Santo Agostinho. Aos que se utilizaram dessa ferramenta, atribuem-se o título de *Pai da Igreja* (Padres da Igreja).

<sup>11</sup> Ver: GREGÓRIO I, Papa. Introdução. In: *Regra Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2010.

<sup>12</sup> Visão cristológica criada por Ário, presbítero de Alexandria. Afirmou que Jesus e Deus não formavam a mesma pessoa, ou seja, Deus é um e Jesus é seu filho.

Núrcia<sup>13</sup> e a sua *Regra Beneditina*. Além de afirmar a soberania da Igreja Romana sobre as demais.

Gregório I era admirador dos estudos de Santo Agostinho, mas atingiu novas vertentes teológicas quando o estudou, partindo das afirmações de João Cassiano. O estudioso se utilizou tanto da teoria da soberania da graça na salvação, de Agostinho, como a teoria da fé inicial, de João Cassiano. Na sua classificação de pecados é possível observar a existência dessas duas vertentes, que acabam por se complementar.

O diferencial para a interpretação gregoriana quanto à noção de pecado, não foi apenas na sua tipologia, mas as punições que a eles ficariam reservadas. Gregório I insistiu na existência do purgatório, que passou a ser dogma da Igreja em seu período. De acordo com Jacques Le Goff:

O purgatório é, se assim se pode dizer, uma sala de espera destinada aos pecadores médios e ordinários (*mediocres*, em latim), que não podem ir diretamente para o paraíso, mas que também não merecem o inferno. Quase todo cristão podia então pensar que passaria por esse purgatório para limpar-se de suas faltas. ( LE GOFF, 2006, p. 144 a)

A função do purgatório, na visão do historiador é da limpeza das máculas que o pecado deixou na alma, para que assim o indivíduo seja aceito dentro do paraíso. O purgatório tem essa função no imaginário da Igreja, mas ele foi representado de uma maneira muito mais grave, aproximando-se das penas do inferno, mas com a diferença que acabaria em um determinado momento. A construção do purgatório, que o autor especificou, auxiliou a legitimação da Igreja. Antes dele, havia uma separação de jurisdição entre os poderes da Igreja para com os vivos, e o poder de Deus para com os mortos. O purgatório fez essa jurisdição tornar-se misto, ou seja, a Igreja obteve o poder da interseção, ultrapassando a fronteira da vida e da morte. (LE GOFF, 2006 a)

O purgatório apareceu como fator importante para se compreender a formação das redes simbólicas que compõem o imaginário cristão que viria posteriormente. Com

---

<sup>13</sup> São Bento de Núrcia viveu entre 480-547, foi um monge italiano, criador do clero secular e do monaquismo. Sua hagiografia está contida nos estudos de Gregório I, nos livros *Dos Diálogos*, divididos em quatro volumes.

seu advento, as relações entre Igreja e população se encurtaram, já que o clero tinha o poder de interceder no destino da vida e da morte do crente.

Para garantir essa relação, a Igreja utilizou uma importante ferramenta, que forneceria ao crente a opção entre seguir o caminho da salvação, enfrentar o purgatório ou, cair eternamente em danação eterna. O sacramento da confissão, que ganhou força a partir desse período, já que mesmo a passagem pelo purgatório não garantiria a salvação do indivíduo. O purgatório apareceu como esperança para a salvação, mas não a garantia. O sacramento da confissão auxiliou a função da Igreja, entretanto, por um longo período, essa confissão era feita de modo explícito, para todos. Essa atitude de confessar seus pecados publicamente servia de expiação e já auxiliariam na purgação dos pecados.

A confissão se manteve nesse formato, por longo período. Antes mesmo de Gregório I, era utilizada, mas ele a incentivou ainda mais. No decorrer dos séculos, esse sacramento, juntamente com inúmeros problemas que a Igreja enfrentou, acabou entrando em crise, a ponto de ser revisto, em certo momento da história. Muito depois da morte de Gregório I, no século XIII, ocorreu um concílio que mudaria a forma de se observar o pecado, tanto por parte do clero, quanto por parte da população. Trata-se do IV Concílio de Latrão, realizado em 1215.

#### 1.1.2. IV Concílio de Latrão, a confissão auricular e a formação da sociedade do pecado.

A sociedade europeia medieval, durante os períodos que se sucederam à morte de Gregório I, no ano de 604 até o início do século XIII, viu a Igreja medieval se transformar, e com ela a sociedade em sua volta. A religião católica já havia conseguido o *status* de oficial e legítima, junto a todas as camadas sociais, desde o mais poderoso rei ao mais humilde camponês. As relações eram estreitas e o poder da Santa Sé aumentava, e com ela, as tentações internas. A Igreja, mesmo sendo uma instituição que tinha como característica, auxiliar o crente no caminho rumo à salvação, fugindo do pecado e



indicando as formas de limpar-se dele, ainda sim era uma instituição formada por homens, e esses homens tinham necessidades humanas, sendo tentados da mesma maneira.

Entre os séculos XI e XII, a credibilidade da Igreja diminuiu, devido à forma com que muitos clérigos viviam suas vidas, negligenciando as relações entre homens e Deus, ostentando riquezas tiradas dos cofres da Sé, tendo relações carnavais, cometendo esses e tantos outros pecados. Com isso, a população começou a se afastar do clero, que até então, estava próxima a eles. Outros fatores também auxiliavam nessa defasagem de fiéis na Igreja. Caso de alguns privilégios, como o direito a ver o Corpo de Cristo, que era exclusivo daqueles que comungavam com frequência.

A relação entre eucaristia e pecado era direta, ou seja, a pessoa era impedida de comungar, se não confessasse seus pecados, mas a forma de confissão imposta ao indivíduo pela Igreja era para muitos, motivo de vergonha, por isso relutavam em realizá-la. Por consequência, aquele que não se confessava, não comungava e ficava impedido de ver o Corpo de Cristo, ou seja, afastava-se daquele que o salvou. Mas a falta da confissão acarretava algo ainda mais grave, a impossibilidade de se alcançar sua principal meta, aquela pela qual viveu toda a vida na esperança, o seu lugar no paraíso, que seria formado por aquilo que a ele faltava em sua estadia na terra.

Mas a confissão não era a única ferramenta de expiação dos pecados que a Igreja se utilizava, existiam as chamadas indulgências<sup>14</sup>. Eram oferecidas por clérigos, que pediam alguns favores para que as concedessem. No entanto, essa prática acabou trazendo inúmeros problemas para a relação de confiança entre crentes e Igreja, já que muitos ofereciam somas em dinheiro ou outros favores em troca da absolvição parcial ou total dos pecados.

Então, no ano de 1215, o IV Concílio de Latrão foi realizado visando solucionar esses problemas. Nesse Concílio foram debatidos inúmeros temas, mas o principal foi o

---

<sup>14</sup> Ato de perdoar os pecados, mas que não figura nos chamados sacramentos que são: Batismo, Confirmação (ou Crisma), Eucaristia, Penitência ou Confissão, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio.

Cânone 21, que explicitou como deveria ser realizada a confissão, tanto pelo crente, quanto pelo sacerdote:

Todos os fiéis de qualquer sexo, depois de terem atingido a idade de discernimento, deve confessar individualmente todos os seus pecados de maneira fiel a seu próprio sacerdote, pelo menos uma vez por ano, e deixá-los ter o cuidado de fazer o que puderem para executar a penitência imposta a eles. Deixe-os reverentemente receber o sacramento da Eucaristia, pelo menos na Páscoa, a menos que eles pensam, por uma boa razão e sobre o conselho de seu próprio sacerdote, que deve abster-se de recebê-lo por um tempo. Caso contrário, serão impedidas de entrar em uma igreja durante a sua vida e que deve ser negado um enterro cristão da morte. Deixe esta salutar decreto ser publicado com frequência em igrejas, de modo que ninguém pode achar o pretexto de uma desculpa para justificar a cegueira da ignorância. Se as pessoas desejam, por boas razões, para confessar seus pecados a um sacerdote deixá-los primeiro pedir e obter a permissão de seu próprio sacerdote, pois caso contrário a outro sacerdote não terá o poder de absolver ou para vinculá-las. O sacerdote deve ser criterioso e prudente, de modo que como um médico habilidoso ele possa derramar vinho e óleo sobre as feridas de um dos feridos. Deixe-o cuidadosamente inquirir sobre as circunstâncias de ambos ao pecador e o pecado, para que ele possa prudentemente discernir que tipo de conselho que ele deveria dar o remédio a aplicar, utilizando vários meios de curar a pessoa doente. Deixe-o tomar o máximo cuidado, no entanto, para não trair a todo o pecador por palavra ou sinal ou de qualquer outra forma. Se o sacerdote precisa de conselhos sábios, busque-lo com cautela, sem qualquer menção à pessoa em causa. Porque, se alguém se atreve a revelar um pecado divulgado a ele na confissão, nós decretamos que ele não é apenas para ser deposto de seu cargo sacerdotal, mas também de ser confinado a um estrito mosteiro para fazer penitência perpétua. (IV CONCÍLIO de Latrão, 1215, p. irreg.)<sup>15</sup>

Esse Cânone tornou obrigatória a confissão auricular individual, além de firmar os parâmetros de como essa confissão deveria ser realizada. A elaboração dessa regra fundamentou-se no intuito de trazer para junto da Igreja novamente o crente que estava se afastando gradualmente da instituição. Por isso, a Igreja necessitou adaptar-se à nova realidade, focando o ensino eclesiástico, na formação de sacerdotes mais preparados, para realizar a confissão de forma mais adequada. Nesse período ocorreu uma grande produção de manuais para confissão e sumas sobre teologia.

---

<sup>15</sup> Cânone 21 do IV CONCÍLIO de Latrão, realizado em 1215, sob o comando do Papa Inocêncio III.

## 1.2. TOMÁS DE AQUINO, UM HOMEM DE SEU TEMPO.

Tomás de Aquino nasceu no ano de 1225, no reino de Nápoles, condado de Aquino, Reino das Duas Sicílias, localizado na região sul da atual Itália. De família feudal, com origens normanda e germânica, seu pai e irmãos serviam ao rei Frederico II<sup>16</sup>, Imperador do Sacro Império Romano Germânico, entre 1220 e 1250. Quando criança foi educado no Mosteiro Monte Cassino, cujo Abade era seu tio Sunibaldo. Aos 14 anos, foi enviado para a universidade fundada por Frederico II, em Nápoles, para estudar as artes liberais. Essa universidade tinha uma metodologia mais liberal, em comparação a outras, para a época, lecionando Direito Romano e Filosofia Aristotélica. A partir daí, Aquino teve seu primeiro contato com o filósofo grego.

Na mesma universidade conheceu uma ordem mendicante, a Ordem dos Pregadores<sup>17</sup>, de origem Dominicana. Suas ideias de desapego material e vida voltada à pobreza e à humildade estavam em voga, tendência inovadora para o período. Esse tipo de pensamento chamou a atenção de Tomás de Aquino e, em 1245, com 20 anos, foi inserido naquela instituição. Com isso, acabou separado de sua família, indo depois para Paris, sob as ordens de seu mestre Alberto Magno<sup>18</sup> e, instalou-se no Convento de Saint-Jaques, pertencente à sua Ordem<sup>19</sup>. Seu mestre, Alberto Magno, era pregador e professor naquela universidade e o primeiro a apresentar-lhe os estudos de Aristóteles. No entanto, nesse período, esse tipo de conhecimento não era bem visto pela Igreja, que a princípio tentou evitar, mas com o tempo acabou aceitando essa tendência. Alberto Magno, como grande estudioso de Aristóteles, utilizava seus conhecimentos para entender a natureza, mas Aquino “[...] não pretendia aprender dele os segredos da natureza, mas fazer da natureza que ele nos ensinou um caminho para Deus”. (NICOLAS, In: AQUINO. 2003, p. 22).

---

<sup>16</sup> Excomungado três vezes, a primeira (1227-1230) pelo Papa Gregório IX, chegou a liderar a sexta cruzada, mesmo excomungado. A segunda excomunhão foi em 1239, pelo mesmo Papa e a terceira foi através do Papa Inocêncio IV.

<sup>17</sup> Fundada por Domingos de Gusmão (1170-1221).

<sup>18</sup> Alberto Magno morreu em 1280, em Colônia, no Sacro Império Romano Germânico, sendo canonizado no ano de 1231 pelo Papa Pio XI, em Roma.

<sup>19</sup> Com existência até os dias atuais.

Esse tipo de análise quanto aos conhecimentos filosóficos, auxiliou na revolução da maneira de pensar a filosofia religiosa, unindo dialética e teologia, corpo da escolástica<sup>20</sup>.

Com 27 anos foi enviado a Paris, para servir de assistente, até então capital intelectual da Cristandade, inúmeros eram os estudantes que seguiam rumo à cidade em busca de conhecimentos nela oferecidos. Sua primeira tarefa como assistente foi comentar as *Sentenças* de Pedro Lombardo<sup>21</sup>. Aquino produziu a partir daí seu primeiro trabalho: *Comentários as Sentenças de Pedro Lombardo*. Em março do ano de 1256, recebeu a *Licentia Docendi*<sup>22</sup> e o título de mestre, pelo qual seria conhecido até o fim de sua vida.

Como metodologia de ensino, Tomás de Aquino utilizava-se da *Pregação - Ensino - Debate*, era adepto do diálogo para a busca do conhecimento, contrapondo ideias e buscando nelas as soluções para os problemas levantados, no estilo filosófico antigo. (NICOLAS, In: AQUINO. 2003 p. 25).

Já na fase adulta, com 36 anos de idade, foi chamado à corte pontifícia, onde lhe foi oferecido o cargo de arcebispo de Nápoles, o que ele rejeitou. Foi uma tentativa de a Igreja tentar barrar os conhecimentos filosóficos em comunhão com a teologia. Tempos depois Urbano IV (1261 a 1264), pouco antes de sua morte, proibiu os estudos aristotélicos, mas sem muito efeito, já que Tomás de Aquino continuou a comentá-lo em suas lições. Visto que ele não aceitaria o cargo de Arcebispo, devido ao seu desejo de lecionar, o Papa sucessor, Clemente IV (1265 a 1268) devolveu-o para a Ordem dos Pregadores. Após seu retorno, a Ordem passou a organizar escolas próprias, sem a dependência da corte pontifícia, utilizando a fusão da filosofia grega com a teologia cristã.

Com o novo projeto em mãos, Tomás de Aquino iniciou seu maior trabalho, a *Suma Teológica*. A primeira parte foi escrita no Convento de Santa Sabina, este, fundado por Santo Domingos, junto à Basílica Romana. A segunda e a terceira partes foram escritas em Paris. Tomás de Aquino faleceu com 49 anos de idade, no ano de 1274, mas

---

<sup>20</sup> Sistema teológico – filosófico, surgiu nas escolas da Idade Média, é caracterizado pela coordenação entre Teologia e Filosofia.

<sup>21</sup> Compilação ordenada dos textos dos padres da Igreja, principalmente de Santo Agostinho.

<sup>22</sup> Licença para Ensinar.

após sua morte, seu trabalho ficou em cheque, por ser acusado de “ter muita influência de Aristóteles”, porém seu mestre, já muito idoso, viajou para Paris para defender os estudos de Tomás de Aquino.

Sua canonização data do ano de 1323, pelo Papa João XXII e, posteriormente, seu corpo foi levado para Toulouse, na França, local em que Santo Domingos havia fundado a Ordem Dominicana, na Igreja dos Jacobinos. (NICOLAS, In: AQUINO. 2003, p. 29).

### 1.2.1. Suma Teológica.

Este material produzido por Tomás de Aquino consiste em um estudo voltado para a prática pedagógica da teologia, cujo público principal era os iniciantes na fé cristã. Isso se apresenta de maneira clara no formato do texto em que foi produzido, com sua maior característica, o debate de ideias. Composto em 12 volumes, o livro aborda inúmeros pontos da fé cristã, refletindo desde a existência de Deus, da natureza do homem, dos pecados dos anjos até as penas impostas no purgatório, produzido em sistema de questões, sem uma ordem específica. A impressão que se tem é que as perguntas eram respondidas de acordo com a ordem em que os temas eram propostos. Dessa forma, as questões acerca dos Pecados na *Suma Teológica* aparecem de forma desordenada, ou seja, estão espalhadas no decorrer dos 12 volumes.

Tomás de Aquino, quando analisou as questões acerca dos variados pecados, que formam a lista dos Pecados Capitais, os fez partindo de conceitos que os definiram dessa maneira. Em todas as questões apresentadas para os temas dos pecados, foi possível observar as diferenças entre Pecados Veniais, Mortais e os Vícios Capitais. Para os Veniais, Tomás afirmou que esses pecados são vistos como atos imperfeitos, sem o consentimento da razão, quesito essencial para se afirmar à natureza de determinado pecado. Os Pecados Veniais são os pecados vistos como mais leves, porque ocorrem sem que a razão humana os perceba, como por exemplo, o ato de comer de forma exagerada, percebendo depois que cometeu um erro e não se permitiu continuar, dando à razão o controle da situação, classifica-se então, como pecado venial.

No caso do Pecado Mortal, para Tomás de Aquino, é o ato de pecar com o consentimento da razão, ou seja, ao cometer tal falta, tendo conhecimento daquela falta ser pecado, mas assim mesmo prosseguindo no erro, configura-se Pecado Mortal. Para ficar mais claro, o Pecado Mortal é aquele pecado que partindo da vontade da razão, afasta o homem do amor de Deus. Como no exemplo do avarento, se este acumular riqueza, excedendo o necessário para seu sustento e se tiver conhecimento de que esse ato é considerado pecado, mas mesmo assim continuar acumulando riqueza estará amando mais a sua riqueza que a Deus, configurando-se assim em Pecado Mortal.

No caso do Vício Capital, segundo Tomás de Aquino: "[...] chama-se vício capital àquele, de que, como de causa final, os outros vícios procedem naturalmente". (AQUINO, 1980 p. 2.341). Então, para que um pecado seja considerado vício capital, deve ser formador de outros vícios, um ato provedor que causa outros pecados. Por exemplo, o Vício da Ira; este ato pecaminoso de irar-se acarreta em outros seis pecados, como a rixa, a intumescência de coração<sup>23</sup>, a contumélia<sup>24</sup>, a vociferação, a indignação e a blasfêmia. Cada um desses pecados nasce do ato de uma ira.

A partir desses pontos, Tomás de Aquino analisou as diferentes interpretações sobre os sete pecados, partindo sempre de uma ordem pedagógica: se era Pecado, se era Pecado Mortal ou se era Vício capital.

### 1.2.2. Os Sete Pecados: Da Acedia.

A Acedia se diferiu da preguiça durante o período medieval, porque a acedia era pecado exclusivo de monges, já que estava ligada diretamente aos dons espirituais, de responsabilidade da Igreja. Segundo o historiador Leandro Karnal (KARNAL, 2012), esse pecado foi incorporado em meados do século XVII na ideologia burguesa de exaltação ao trabalho, por se tratar do pecado mais próximo da preguiça. A burguesia que estava em ascensão naquele período, via no trabalho a única ferramenta que o homem dispunha para sua independência. Esse momento foi marcado pela busca da separação pelo Estado, que

---

<sup>23</sup> Inchaço de coração, nesse caso, seria o endurecimento do coração.

<sup>24</sup> Injúria.

tentou afastar as relações com a Igreja, mas percebendo que não seria fácil modificar o imaginário social, buscou então incorporar preceitos já existentes dentro da religiosidade. Assim, a acedia, que antes desgosto espiritual, tornou-se, após o século XVII, a preguiça causada pelo desejo ao ócio.

Mas a classificação da Acedia por Tomás de Aquino ocorreu por motivos diferentes. Pela Suma Teológica se tratar de um manual pedagógico voltado para os iniciantes na fé cristã, a acedia foi abordada em primeiro lugar, frente aos demais pecados, porque ela estava diretamente ligada ao cotidiano do monge medieval. O desgosto espiritual que Tomás de Aquino abordou nesse livro era um ensino para o futuro monge que, ele tendo a obrigação para com os dons espirituais, se os negligenciasse, estaria cometendo pecado.

### 1.2.3. Da Inveja.

Em um período de escassez de alimentos e de riqueza, quando alguém consegue sair de um estado de miséria, alcançando *status* social mais elevado, pode se tornar motivo de inveja para muitos. Mas Tomás de Aquino não abordou esse tema no livro apenas desse ponto de vista. O teólogo, para melhor classificar a inveja, separou-a em quatro partes: medo de sofrer dano causado por terceiros; tristeza com o bem alheio, por estar privado deste bem; tristeza com o bem alheio, quando esse bem é indigno e tristeza pelo bem alheio, quando excede aquilo que o invejoso possui.

No primeiro caso, Tomás falou do fato de haver medo que surgisse alguém poderoso, que acabasse trazendo para aqueles que estavam próximos algum mal, por ser mais forte que eles. Nesse caso, o teólogo afirmou que não se configurava como inveja, aqueles que temiam a ascensão de alguém mais forte.

Já no segundo caso, quando a tristeza por ver o bem alheio, mas estar privado de ter esse bem, o teólogo afirma que é variável, ou seja, dependendo na natureza do sentimento, pode ser pecado ou não. Por exemplo, se um camponês via um padre, muito religioso, que foi muito abençoado pelos dons espirituais e acabasse desejando também ser agraciado por esses dons, nesse caso não se configurava pecado, por se tratar de dons

do espírito. Mas se o mesmo camponês visse o mesmo padre, usando um anel de ouro e desejasse ter um anel igual, isso configurava pecado de inveja e era mortal.

No terceiro caso, quando havia tristeza pelo bem alheio, quando esse bem era indigno, também era variável. Por exemplo, se alguém visse uma pessoa de índole duvidosa, que se enriqueceu de modo ilícito, mas acabava se sentindo triste por esse homem não ser punido, acarretava apenas pecado venial, porque acabou duvidando do Juízo Final que essa pessoa terá no fim de sua vida. Mas se ver esse mesmo homem que enriqueceu de modo ilícito e desejou fazê-lo também, é pecado mortal.

E o último, quando havia tristeza pelo bem alheio, quando esses bens excedessem aos do invejoso, esse ato figurava pecado de inveja, que é mortal, por que não se deve cobiçar as dádivas que foram entregues ao próximo, já que, o justo receberia suas bênçãos de outra forma.

A inveja, por se tratar de um vício capital muito próximo a acedia, acaba sendo vício capital pelo mesmo motivo: “Ora, como já dissemos, a acedia é um vício capital, por impedir o homem de fazer certas cousas para fugir à tristeza ou satisfazê-la. Por onde, pela mesma razão, a inveja é considerada vício capital”. (AQUINO, 1980 p. 2.348). Além disso, a inveja também causa outros pecados, já que é fator imprescindível para caracterizar vício capital, que são: murmuração, detracção<sup>25</sup>, exultação com as adversidades alheias, aflição com a prosperidade alheia, ódio e aflição.

#### 1.2.4. Da Avareza.

Esse pecado figura como o mais perseguido dentre os sete, para a Igreja medieval. Na Bíblia, Jesus condenou a avareza pregando o desapego material, no caso do jovem rico que queria segui-lo, então Jesus mandou-o vender todas as suas posses e entregar aos pobres, ficando apenas com a túnica em seu corpo. Esse e outros casos que pregam a generosidade aparecem em grande número no Novo Testamento.

O maior problema para a Igreja foi diferenciar o pecado da avareza com o pecado da usura. Esse último foi fortemente combatido, por ser ligado aos judeus e previsto na

---

<sup>25</sup> Difamação.



Bíblia. No ano de 324 havia ocorrido o I Concílio de Nicéia, que pela primeira vez estipulava uma legislação eclesiástica sobre a usura, que estava acontecendo no interior da própria Igreja. O texto do 17º Cânone dizia assim:

Se alguém do clero praticar usura ou receber 150% do que emprestou deve ser excluído e deposto. Uma vez que muitos que foram eleitos para o clero, seguindo a cobiça e o desejo por ganhos, esquecendo a divina Escritura, que diz: "Ele não deu seu dinheiro por usura", e emprestando dinheiro pede o centésimo da soma [como interesse mensal], o sagrado e grande Sínodo acha que depois deste decreto, qualquer um que for achado recebendo usura, se ele faz isto por transação secreta ou, pedindo tudo e mais a metade, ou usando outro artifício qualquer para finalidade ilícita de lucro, ele deve ser deposto do clero e seu nome removido da lista. ( I CONCÍLIO, 324, p. irreg.)

A usura apareceu nesse texto como a cobiça que os clérigos da época estavam se entregando, cobiça e usura estavam ligadas por um estreito fio ao pecado da avareza, já que o usurário comete pecado da avareza por amar mais a riqueza que consegue acumular do que a Deus.

Tomás de Aquino classificou a avareza como sendo um pecado por excesso, que vai contra a liberdade e que visa um fim oposto ao que deve ser esperado para o justo, já que a riqueza promete alegria da mesma forma que a justiça, mas a riqueza priva o ser de sua liberdade, impossibilitando-o de viver para Deus, vivendo a partir daí para a riqueza.

Ao cometer o pecado da avareza por amor consciente ao dinheiro, em detrimento do amor de Deus, o avarento peca mortalmente, já que deixou de lado, por via da razão, a caridade, que para Deus, dentro do imaginário cristão, é de suma importância para a salvação. E se classifica como vício capital por também gerar “filhas”, que são: traição, fraude, falácia, perjúrio, inquietude, violência e coração obdurado<sup>26</sup> (AQUINO, 1980, p. 2.923).

---

<sup>26</sup> Coração endurecido.

### 1.2.5. Da Gula.

A gula, observada nos dias atuais como pecado e virtude, a mais deliciosa tentação que temos em nosso cotidiano, com variadas receitas e misturas de culturas, provocando muitos desejos, doces e salgados. A cultura gastronômica se transformou muito para se tornar o que conhecemos atualmente. Mas, no período medieval esse vício capital trouxe para a Igreja um grande problema para a hamartiologia. Visto como um pecado que não tem uma classificação específica, todos poderiam cometê-lo, mas como isso era entendido numa época de escassez de alimento, em que muitos passavam fome dia e noite, enquanto outros se fartavam em suntuosos banquetes?

O historiador Michael Rouche, em um texto para o livro *História da Vida Privada: do império romano ao ano mil*, organizado pelo também historiador Paul Veyne, demonstrou como acontecia a alimentação da população medieval até o século XII, utilizando uma citação de Gregório de Tours, que estava enfurecido com a atitude de monges que “[...]passavam a noite a banquetear-se e a beber, levantavam-se da mesa com o sol, dormiam, e depois, à noite, chafurdavam à mesa para cear até raiar o dia”. (ROUCHE, In: VEYNE, 1989, p. 429). Essa passagem demonstra como o pecado da gula estava presente no clero, mas não somente nele, em outra passagem do mesmo livro, há relato de escravos bebendo junto a seus senhores, até caírem embriagados.

A gula não escolhia classe social, não por ser uma necessidade humana, a de comer, mas a linha que divide a necessidade de comer e o excesso era muito estreita, como Tomás de Aquino demonstrou, utilizando uma passagem de Gregório: “No comer o prazer se mistura com a necessidade, e não sabemos com certeza o que a necessidade pede e o que o prazer sugere”. (AQUINO, 1980, p. 3.094), mas o teólogo manteve a posição de Gregório I, que afirmou que a gula é pecado, por que:

A gula não designa senão o apetite desordenado de comer e de beber. Ora chama-se apetite desordenado o que afasta da razão recta, no qual consiste o bem da virtude moral. Pois, denomina-se pecado o que contraria à virtude. Por onde, é claro que a gula é pecado (AQUINO, 1980, p. 3.095).

Então, mesmo havendo essa linha estreita, separando necessidade de pecado, Tomás de Aquino manteve-se com sua posição, firmando a de Gregório I, que a gula é pecado. Além de ser pecado mortal, já que os que cometem a gula por consciência pecam por deixar o amor de Deus de lado para amar mais o alimento. Também se configurando vício capital, já que a gula gera outros pecados como: alegria inepta, a escurrilidade<sup>27</sup>, a imundice, o multilóquio<sup>28</sup> e o embotamento mental<sup>29</sup>, concernente à inteligência.

#### 1.2.6. Da Luxúria.

Luxúria, pecado contra a castidade, tão valorizada no ocidente cristão, mas motivo para tirar as pessoas mais santas do controle. O prazer sexual sempre esteve nas sombras durante a Idade Média. A castidade, visto como virtude observada na mãe de Cristo, que concebeu sem ter conhecido pecado, diferenciou por muito tempo as mulheres santas das demais. Sempre um padrão de pureza para o ocidente. As antagonistas, Maria, mãe de Jesus, que virgem concebeu o filho de Deus, e Eva, a pecadora, que desobedeceu a Deus e corrompeu o homem para que este também pecasse. Esse pecado, por mais alegórico que fosse exposto nas páginas da Bíblia, trouxe problemas para a hamartologia (estudo do pecado e suas consequências).

Visto como um pecado feminino, durante longo período da Idade Média, figurou como pecado entre os homens em raras exceções, como no caso da sodomia, combatida fortemente no Antigo Testamento, com a passagem das cidades de Sodoma e Gomorra, além do estupro. Já o crime de adultério ficava na culpa da mulher, que ao se insinuar para o homem, fazia com que ele perdesse a razão e cometesse pecado venial.

Tomás de Aquino reservou grande parte da *Suma* para esse problema, dividindo-o em duas questões, a questão CLIII e a questão CLIV. Concentrarei mais na questão CLIII, que trata da luxúria como pecado mortal e vício capital.

---

<sup>27</sup> Atitudes grosseiras, que vão contra os princípios morais.

<sup>28</sup> Dificuldade no falar.

<sup>29</sup> Dificuldade de raciocínio, causado por excesso de bebida ou drogas que privam a capacidade mental.

O teólogo afirmou que, devido a necessidade de tal relação, a ela deve ser mantida sob maior controle da razão, e esse é o caso da luxúria, que deve ser regulada pela razão. Outra vez é observado o estreito limite entre necessidade e pecado, que na luxúria aparece ainda com mais força, já que para o teólogo, era real a necessidade desta para a manutenção da raça humana, então Tomás de Aquino afirmou que: “Ora, a luxúria por natureza excede o modo racional na prática dos actos venéreos. Logo e sem dúvida, a luxúria é pecado”. (AQUINO, 1980, p. 3.130).

A classificação como pecado para o teólogo se deu devido à consciência do limite entre necessidade e prazer, ficando a cargo do responsável, saber esse limite. Mas também é classificado como vício capital, por gerar outros pecados como: a cegueira do espírito, a inconsideração, a precipitação, a inconstância, o apego à vida presente e o horror ou o desespero da futura. (AQUINO, 1980, p. 3.131).

#### 1.2.7. Da Ira.

O ocidente medieval, a partir do ano mil, observou uma mudança no cenário de convivência social. Gradualmente, o homem foi migrando dos campos, em direção às cidades. Esse processo de urbanização que ocorreu no período fez a influência da Igreja se elevar ainda mais. Grandes núcleos habitacionais surgiram em decorrência desse fator, porém, junto a esses núcleos, outra questão apareceu, os problemas de convivência entre os habitantes da mesma cidade.

O pecado da ira ganhou maior ênfase com esses fatos, devido ao acúmulo de pessoas que estavam dividindo o mesmo espaço urbano, as relações sociais, em certos momentos, acabavam por extrapolar os limites da ordem. Muitos indivíduos acabavam se entregando à ira por questões rotineiras de vizinhos.

No entanto, a ira como uma paixão do apetite sensitivo, isto é, um ato natural do ser humano, surgiu pela dificuldade em diferenciar o pecado da ira de um ato de justiça, então Tomás de Aquino buscou diferenciá-las da seguinte maneira: “Ora, as paixões do apetite sensitivo são boas na medida em que reguladas pela razão; e más quando excluem a ordem da razão”. (AQUINO, 1980, p. 3.178) A partir desse princípio, o autor afirmou

que a ira pode ser configurada de duas maneiras; a primeira seria pelo desejo racional por uma vingança, que estivesse dentro da justiça e que se submetia aos limites da razão. Com isso, o teólogo afirmou que esse tipo de ira é variável, podendo ser pecado venial, se alimentar o vício da ira, que é um ato desordenado da razão. Já na segunda forma, a ira se configuraria como pecado se passasse a ser vício da ira, fazendo o indivíduo desejar uma vingança além do que é justo, desobedecendo assim à razão.

A posição da Igreja junto ao povo das cidades que estava aumentando, foi de grande importância, já que sem a mediação que esta instituição apresentou nas relações internas das cidades, e mesmo nos campos, poderia se tornar algo insuportável.

#### 1.2.8. Da Soberba.

O pecado da soberba, Gregório I classificou como sendo o principal entre todos os pecados, pois dele surgiram todos os demais, por isso, em sua classificação, a soberba apareceu como a origem dos outros sete, em sua lista, figurando acima de todos. Esse pecado ganhou mais força no período renascentista, em que o homem buscou deixar a fé na religião de lado, tentando com isso, encontrar as explicações para as mais variadas questões, partindo da razão humana e deixando a fé religiosa em segundo plano. Movimento que ficou conhecido como Antropocentrismo, que tem o homem como centro de tudo. Mas no século XIII, a soberba figurou de um modo diferente. Para Tomás de Aquino:

A soberba é assim chamada por fazer voluntariamente buscar o que está acima de nós. [...] Ora, a razão recta, por essência, impõe à nossa vontade buscar o que lhe é proporcional. Por onde e manifestamente, a soberba implica oposição à razão recta. (AQUINO, 1980, p. 3.205)

Como já observado anteriormente, toda ação humana que segue em oposição à razão, configura-se pecado, e a soberba, para o século XIII se classificou dessa forma, como um desejo de se aproximar tanto de Deus, que o indivíduo acaba por não perceber seu limite e pensa em se igualar a Ele.

O pecado da soberba, apesar de ser o último que Tomás de Aquino analisou na *Suma Teológica*, sua importância para o período não pode ser deixado de lado, principalmente pela teologia ter afirmado que ele foi cometido pelo próprio Lúcifer, que antes era anjo de Deus e com o desejo de se igualar a Ele, foi expulso do reino, caindo e se tornando a representação e causa de todos os males do mundo.

Além de Lúcifer, o pecado da soberba, também foi cometido por Adão e Eva, presente no primeiro livro da Bíblia, o *Genesis*, que ao cometerem o Pecado Original, com a tentação de Lúcifer transformado em serpente, informando-lhes que se comece o fruto proibido, teriam discernimento entre bem e mal, certo e errado e assim se tornariam iguais a Deus. Ao desejar isso, Adão e Eva cometeram o pecado da soberba.

Tomás de Aquino, com isso afirmou que o pecado da soberba é o primeiro entre todos os pecados, não por que os outros sejam consequências dela, mas que a partir da soberba, os outros pecados surgiram como suas filhas, ou seja,

[...] a aversão de Deus, que formalmente torna o pecado essencialmente completo, implica, por essência, a soberba. [...] – Donde vem, que a soberba é por natureza o primeiro dos pecados e é também o princípio de todos, como dissemos quando tratamos das causas do pecado, quanto à aversão, elemento mais principal do pecado. (AQUINO, 1980, p. 3.217)

Essa interpretação reforçou a posição de Gregório I, que afirmou a soberba como “a mãe e rainha de todos os vícios”. (AQUINO, 1980 p. 3.218). Mas nesse caso, o teólogo apresentou outro problema, se a soberba é a mãe de todos os vícios, ela então poderia ser classificada como vício capital? Segundo Tomás de Aquino, a resposta é negativa. Uma vez que, para o indivíduo poder cometer qualquer pecado, é natural que tenha cometido o pecado da soberba antes, já que ela é a origem do homem querer desafiar a Deus. Por isso, na *Suma*, o autor se utilizou de uma passagem de Gregório I para reforçar sua teoria, que se apresentou da seguinte forma: “A soberba, como rainha dos vícios, quando venceu e dominou plenamente o coração, logo o entrega, para o devastarem, àqueles sete vícios principais, que são como uns chefes seus, donde nasce a multidão dos pecados”. (AQUINO, 1980, p. 3.218).

Como observado acima, a soberba não figurou na lista dos sete pecados capitais, nem para Gregório I, nem para Tomás de Aquino. Porém esse pecado se tornou vício capital oficialmente após um longo período, aproximadamente no século XVII, que formalizou a lista definitiva dos Sete Pecados Capitais. Mas para ambos os teólogos, o vício capital que figura logo abaixo da soberba é a vanglória, que se configura como desejo da manifestação da excelência, causada pela soberba.

O pecado da soberba traria muitos problemas na interpretação religiosa do tema, já que tanto ela como a vanglória está muito próxima. Por isso, ambas foram resumidas como sendo uma só.

Todas as classificações de pecados e sua tipologia apresentada na *Suma Teológica* tiveram como objetivo principal, auxiliar o aprendizado dos clérigos, para melhor compreender os manuais de confissão e assim auxiliar melhor os fieis para que realizassem de forma correta, de acordo com o desejo da Igreja, a confissão e por consequência, alcancem a remissão de seus pecados. Mas como o homem medieval compreendeu essas classificações complexas de pecado? Como fizeram para que o simples camponês, em sua grande maioria analfabeta, entendesse essa relação tão profunda e abstrata? E a posição do clero, mudou a partir desse momento? Essas questões serão melhor refletidas no próximo capítulo.

## **2. FÉ E PECADO: A CONFIGURAÇÃO DA "SOCIEDADE DO PECADO".**

Há muito, a historiografia contemporânea acerca das questões medievais vem se esforçando para quebrar paradigmas que foram estabelecidos durante um longo período pela historiografia tradicional, que classificava o período que se delimitou entre os anos de 476 até 1453 como sendo a "Idade Média" ou "Idade das Trevas". Essa denominação tornou-se comuns aos pesquisadores clássicos devido a forte presença da Igreja nesse período. A fé, por muito tempo foi visto como um cimento firme e uniforme que ligou a todos os atores históricos que fizeram parte desse período; como um “maná<sup>30</sup>” no deserto, fonte única de alimento para o corpo e espírito, aos seres que habitaram essa "Noite de Mil Anos".

A historiografia mais recente tem se esforçando em demonstrar, através de importantes pesquisas, lideradas por historiadores renomados como Jacques Le Goff, Jean Delumeau, Georges Duby, entre outros, que muitos desses conceitos não formavam um pensamento único dentro da realidade medieval. A fé modificou-se de maneira assombrosa nesses mil anos, misturando crenças populares ao catecismo oficial da Igreja que, por longo período, sofreu duras penas até conseguir sua legitimação perante a população.

A fé inserida no cotidiano do homem medieval não apenas se diferiu no tempo, mas também no espaço, uma vez que, as formas de se conceber a fé religiosa se modificou de acordo com a região. Para entender melhor essa afirmação, se faz necessário uma breve listagem das diferentes vertentes religiosas que surgiram no ocidente medieval, como a patrística, arianismo, adeptos de Constantino, movimento mariano, nos Santos, e muitas outras, cada qual espalhada no Ocidente medieval e também presente no Oriente Próximo, sendo difundida e interpretada de maneiras distintas. A fé nunca foi, nem será uniforme, já que ela surge de acordo com o entendimento individual, refletindo nas

---

<sup>30</sup> Alimento que Deus proporcionou ao povo judeu durante a fuga do Egito, na travessia do deserto, entre Elim e Sinai. (Ex. 16, 1).



representações coletivas, dentro da cultura de determinado povo. Mas essa noção de fé, que atualmente conhecemos no ocidente, é inteiramente cristã por que:

[...] constitui uma criação original do cristianismo, pois desde os Evangelhos e as Epístolas de Paulo, ela combina a ideia de uma aceitação intelectual ou afetiva da verdade da mensagem cristã com a de um ato voluntário, sustentado pela inspiração divina, de confiança naquele que transmite essa mensagem direta (Jesus) ou indiretamente (a comunidade dos fiéis, a Igreja). (BOUREAU, *ap.* LE GOFF 2006, p. 412 b).

Com isso, a fé cristã está diretamente associada à presença da Igreja, que admitiu o papel de mediadora entre homem e Deus, legitimada pela confiança na presença do Cristo, que deixou nas mãos de Pedro a missão de manter a instituição. Essa noção de fé tornou-se presente no imaginário medieval através das transformações cotidianas vividas por cada indivíduo do período. Reflexo da forma de ver o mundo, a representação da fé se modificou, forjando nas mentes humanas, a noção sobre a consciência dos atos, suas atitudes e respectivas consequências. Os Sete Pecados Capitais se transformaram junto com a maneira dos indivíduos conceberem suas formas de ver o mundo, auxiliados com as transformações trazidas pelo IV Concílio de Latrão, marcando o início da inserção do pecado na psique do ser humano. Fator modificador das relações pessoais no dia a dia. (LE GOFF, 2004, p. 08).

A busca por uma melhor confissão faz com que as relações entre comunidade laica e o clero se tornar cada vez mais próxima. Como uma forma de tratamento, o padre, médico espiritual, deveria “[...] de preferência purificar uma pessoa em vez de castigar um erro” (LE GOFF, 2004, p. 8), por sua vez o pecador tinha o dever de realizar um minucioso exame de consciência, para que pudesse relatar ao médico espiritual cada detalhe de seus atos pecaminosos. Com isso, as relações se interiorizam e a consciência se tornou cada vez mais presente dentro de cada atitude humana. O reflexo disso se realizava no cotidiano.

## 2.1. OS SETE PECADOS CAPITAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO

A inserção dos Sete Pecados Capitais no contexto histórico da Europa medieval pode ser observada de duas maneiras distintas, porém, ligadas entre si, de maneira bem íntima. Em um primeiro plano, os Sete Pecados Capitais se apresentavam como fonte pedagógica que visava primeiramente à legitimação institucional da Igreja, a abrangência de seu poder junto aos homens do período e a disciplinarização das relações sociais que estes indivíduos mantinham entre si.

Para esse primeiro plano, é importante compreender primeiramente que a Igreja no período do século XIII já estava legitimada no interior da sociedade medieval, mas também estava saindo de uma crise de fé que a atingiu grandemente, devido às novas formas de conhecimento que estavam surgindo na sociedade, com as análises dos filósofos da antiga Grécia. Mas a questão principal que atingiu a Igreja de forma a abalar suas estruturas foi a evasão do fiel, devido a inúmeros problemas que a instituição enfrentava naquele período.

Devido a essa crise de fé, a instituição procurou promover uma nova reforma, que trouxesse os fiéis junto a ela novamente, fazendo-se mais presente no seu cotidiano e ministrando as relações entre homem e Deus de maneira mais efetiva. Assim, no ano de 1215, foi realizado o IV Concílio de Latrão, que modificou inúmeras relações entre fiéis e Igreja. A mudança mais sentida foi a forma de se realizar a confissão e as penitências que seriam impostas. A sociedade medieval pouco conhecia da nova forma de realizar a confissão, apenas observada nas Ilhas Britânicas, como a confissão auricular e as penitências reservadas apenas ao indivíduo.

Para os demais territórios de domínio católico, a confissão era feita de modo pessoal e secreto, mas o que modificou foi a forma de realizar a penitência. Jean Delumeau, em sua obra *O Pecado e o Medo* fez a descrição de como seria a penitência naquele período:

[...] A confissão era feita ao bispo sob uma forma que ignoramos. Sem dúvida, ela não era pública, mas o processo penitencial, sim. Sob o controle do bispo, era a comunidade que admitia o pecador no rol dos penitentes, mais frequentemente

no início da quaresma, e o reconciliava na Quinta-Feira Santa. Rituais solenes marcavam a admissão à penitência. Durante seu estágio de expiação, os pecadores eram relegados a um lugar inferior na igreja. A reconciliação era proclamada diante da assembleia reunida que orava, chorava, gemia pelos penitentes. Mesmo reconciliados, estes permaneciam até o fim da vida sob o efeito de proibições [...]. Os clérigos não podiam beneficiar-se da reconciliação. Os outros só eram autorizados a ela uma vez na vida. (DELUMEAU, 2003, p. 370).

Com essa ilustração, Delumeau demonstrou como era realizado o processo de confissão e a penitência, que não estava resguardada diretamente aos pecados, mas à punição reservada ao pecador. Essa forma de se fazer a penitência deixou de ser utilizada após o IV Concílio de Latrão, além de trazer ao pecador a oportunidade de se libertar do fato de haver apenas uma oportunidade para a confissão, que seria realizada anualmente. Essa reforma de 1215, foi capaz de trazer para junto da instituição o fiel, sem mais o grande temor de acabar perdendo vários de seus direitos junto à sociedade.

O abandono do antigo modo de realizar a confissão não trouxe apenas benefícios à Igreja, mas apresentou-lhe um problema que a instituição ainda não havia enfrentado; o fato de que seus sacerdotes não estarem bem preparados para realizar uma boa confissão. Delumeau afirmou que havia duas necessidades convergentes dentro do clero, que fez nascer uma grande quantidade de literatura sobre a tipologia do pecado. Naquele momento surgiram, com destaque, as *Sumas de Confessores* e os *Manuais de Confissão*. As primeiras basicamente auxiliavam o clérigo na missão de fazer o pecador desabafar todos os seus pecados, enquanto os segundos eram compostos por listas de pecados e as penitências correspondentes.

Em meio a essas questões, Tomás de Aquino com sua *Suma Teológica* tinha o intuito de trazer aos iniciantes um melhor esclarecimento quanto a inúmeros problemas, dando destaque a interpretações de pecado, analisando-os desde sua origem até a tipologia, separando pecados veniais, dos mortais e dos capitais. Essa sociedade que se apresentou em seu período estava vivenciando uma nova forma de interpretar o pecado, carregada de culpa individual, recorrente da confissão auricular individual e obrigatória,

extraindo o pecado do plano coletivo e espalhando-o para os sujeitos históricos, tornando-os mais introspectivos.

Essa face interiorizada no âmago da psique humana que o pecado se converte pode ser observada na forma em que é escrito o catecismo<sup>31</sup> da Igreja. O texto a seguir, apesar de ser atual, ainda reflete muito a questão da fé sobre o domínio da escolha que o homem faz:

Enquanto se não fixa definitivamente no seu bem último, que é Deus, a liberdade implica a possibilidade de *escolher entre o bem e o mal*, e, portanto, de crescer na perfeição ou de falhar e pecar. É ela que caracteriza os actos propriamente humanos. Torna-se fonte de louvor ou de censura, de mérito ou de demérito. (CATECISMO ,art. 3 §1732).

Como foi definido no texto acima, é dada ao homem a capacidade de escolher entre o Bem e o Mal, o bem representado como Deus, que seria a meta final e o Mal, representado como o Pecado, um bem passageiro, mas que afasta o homem do bem final, que é Deus. Essa capacidade de escolha se confronta com o cotidiano do homem medieval, fazendo com ele, leigo e pouco instruído, se baseasse apenas na questão da culpa, que o levou a confessar seus pecados sem saber bem como defini-los.

Com esse pouco conhecimento do que se configurava pecado, o homem medieval era então guiado por aqueles que estavam mais preparados, mas isso não significava que eles estavam alheios às interpretações. O homem medieval, ao se inserir na sociedade do pecado, criou mecanismos que o auxiliavam a fugir desses erros que o afastariam da sua vida eterna. Dentre esses mecanismos estava a facilidade de observar seu próximo, tanto nos campos, como nas cidades em ascensão, fazendo com que estes indivíduos, ao verem os atos dos demais à sua volta, juntassem com que o que o sacerdote lhes ensinava, por meio de sermões e dentro do que recebiam de penitência, e mesmo do que viam o que os outros sofriam, acabando por formar a sua interpretação de pecados.

Logo após o século XIII, a Europa foi assolada por inúmeras crises, de fome, guerras e pandemia. Unindo-se as novas interpretações de pecado, era inevitável que tanto

---

<sup>31</sup> Exposição da fé católica e conjunto de normas que o povo católico deve seguir.

a Igreja como a sociedade leiga relacionasse a situação que se apresentava com os castigos divinos de uma sociedade pecaminosa. Situações em que o indivíduo era atacado individualmente, como a lepra, constantemente individualizado por se tratar de um castigo apenas do corpo, a lepra era ligada a inúmeros pecados, mas de grande destaque era quanto à luxúria, já que alguns clérigos acreditavam que a lepra era castigo de um homem por ter relações sexuais com mulheres que estavam no período menstrual.

Outro pecado que pode ser observado individualmente é o da acídia, apesar de ser um pecado típico de monges no século XIII, a ascensão da burguesia, no interior das cidades que estavam ressurgindo com força, fez crescer o problema da mendicagem, que era liberada em seu interior. Mas o problema se apresentou de uma forma tão grande, que a Igreja necessitou interferir e junto às questões morais dos cidadãos, deu início à perseguição aos preguiçosos. Deixaram de lado a acedia e se voltaram contra a preguiça. A pobreza então foi se tornando marca do castigo divino contra o preguiçoso. (DELUMEAU. 2003, p. 437).

Esse imaginário pecaminoso do período medieval também se caracterizava por culpar a sociedade em geral pelos pecados de muitos, tomando como prova o “Castigo Divino da Guerra”, já que o período vivenciava a Guerra dos Cem Anos, que assolou de maneira nunca antes vista pela sociedade do medievo, além das tardias e constantes ameaças bárbaras que ocorriam na região europeia. Geralmente era contabilizada a culpa na Ira, pecado dos que não sabem controlar a fúria.

A fome, geralmente causa da gula que muitos, inclusive clérigos, tinham. O desejo desenfreado de saciar a fome, apesar da comida muito calórica do período, repleta de molhos e gordura, era pouco nutritiva, tornando o corpo do indivíduo menos resistente à tentação de exceder aos desejos do estômago. A crise da Grande Fome que assolou a Europa medieval, em meados do século XIV, fez com que a Igreja também aumentasse sua vigilância sobre o indivíduo para que este não exagerasse em seu alimento, já que estava escasso.

Pecados da inveja, soberba e avareza constantemente estavam próximos no imaginário do período. Era comum que algum indivíduo acabasse se entregando ao desejo

de acumular riquezas além do que era permitido pela Igreja, isso por si só já se configurava como pecado grave, mas acabava também trazendo consigo os outros dois. A soberba, por que o homem que acumulava bens, rejeitava a Deus, se sentindo superior a Ele, por ser autossuficiente com sua riqueza, também promovia no próximo, o pecado da inveja, por desejar viver como aquele pecador.

Os Sete Pecados Capitais se inseriram no imaginário medieval em um contexto que os transformou de forma grande, transcendendo à condição de castigo individual, que afetava apenas a vida de determinado ser, para alcançar, no final do século XV, uma proporção gigantesca, que levava muitos a crerem que as inúmeras situações de crise ocorriam pelos pecados de muitos, afetando todo o coletivo. A culpabilização do pecado no interior da mente do homem medieval influenciou fortemente sua maneira ser, em seu íntimo, e principalmente, a sociedade se modificar no todo.

## 2.2. SETE PECADOS, VÁRIAS INTERPRETAÇÕES.

A forma de se dividir os pecados é utilizada desde os primórdios do cristianismo, até os dias atuais pela Igreja, o que não significa que a forma de interpretá-los se deu do mesmo jeito. Os Sete Pecados Capitais, de acordo com a hamartiologia, sempre obedeceram a uma hierarquia imposta, iniciando a listagem pelo pecado de origem, ou seja, a soberba, que sempre foi tratada como o principal pecado, não apenas por sua natureza, de desafio a Deus, mas também por ter sido cometido por Lúcifer. E, de acordo com Tomás de Aquino, os anjos podem cometer apenas dois pecados, o da soberba e o da inveja.

Ao estudar os sete pecados, deve-se ter em mente que todos eles estão direta, ou indiretamente ligados. O pecador, sempre que cometer um deles, irá também cometer outro, já que isso é da própria natureza dos pecados capitais, por isso, são tratados pelo teólogo como vícios. Como em uma árvore genealógica, são divididos em raiz, galhos e folhas, assim se fazia a representação dos pecados pela instituição, para melhor compreensão do tema pelo público alvo. Mas a questão principal na qual se deve reter

maior atenção é, como, em meio a tantas ramificações, divisões e subdivisões, os homens medievais, em sua maioria, salvo alguns nobres e os membros da Igreja, era analfabeta, como compreendiam essa divisão e qual impacto que o tema causava em suas vidas cotidianas? Para ser possível alcançar uma melhor resposta, deve-se compreender como se fazia o ensino do tema e as formas que a Santa Sé se utilizava para alcançar seu objetivo.

### 2.2.1. Confessionário, desabafo e desafios.

Não há, em todo o ocidente medieval, local mais propício para se disseminar o ensino religioso que dentro da igreja. Em seu interior podemos encontrar inúmeras formas de se entender como era feito o ensino sobre o pecado. Vale lembrar que esta instituição colocou esta temática no centro de sua teologia, através da presença dos elementos iconográficos, além de que, seus rituais permeados de simbolismo e imaginário, sempre estiveram a favor de sua legitimação e consagração em meio à sociedade cristã.

Após a realização do IV Concílio de Latrão, outro item foi colocado no interior das igrejas do ocidente medieval, um elemento que a muitos era desconhecido, antes apenas restrito a uma porção de igrejas nas Ilhas Britânicas: o confessionário. Sua popularização foi responsável por uma das maiores transformações sofrida pelo homem ocidental na história religiosa. Para Le Goff: “Uma frente pioneira está aberta: a da introspecção, que vai lentamente transformar os hábitos mentais e os comportamentos. É o começo da modernidade psicológica”. (LE GOFF, 2004, p. 8). A transformação causada no ser humano após a introdução do confessionário nas igrejas medievais causou um surto de consciência em toda a cristandade, que passou a examinar minuciosamente cada ato de sua vida, para que assim pudesse realizar uma completa e satisfatória confissão.

No entanto, a dificuldade com o novo sacramento não se deu apenas pelo fato de não ser de fácil compreensão do assunto, mas também pesava na balança do pecador e do confessor, a humilhação e a vergonha que o indivíduo sofria ao ter que revelar cada segredo, contido em seu interior. Isso servia de barreira para ambos, tanto para o confessor, em ter que realizar uma “cirurgia” espiritual, removendo do interior do pecador

cada parte da doença, quanto do pecador, que tinha, muitas vezes, que passar por cima de suas vergonhas para não perder sua salvação. Essa dificuldade acabava fazendo com que o confessor concedesse a absolvição logo após a realização da confissão. (DELUMEAU, 1991).

O impacto causado pelo confessor não ficou apenas restrito na forma de realizar a confissão individual, mas também na forma de interpretar cada pecado e narrá-lo ao seu confessor. Nos textos das *Sumas de Confessores* que Jean Delumeau utilizou para descrever como o sacerdote deveria agir para com seu penitente, pode auxiliar na compreensão da dificuldade do indivíduo em confessar. O texto utilizado é do monge João Eudes que apontou para a necessidade de duas linguagens:

Quando sobe ao púlpito, para pregar a palavra de Deus, ele deve portar normas e raios para fulminar o pecado. Mas no confessor deve ter apenas um coração cheio de mansuetude e uma boca repleta de leite e açúcar; jamais de vinagre, mas somente de óleo e mel; pois se é verdade que se ganha mais abelhas com uma colherada de mel do que com um tonel de vinagre [...] faz-se com a doçura o que se quiser, nada é capaz de resistir-lhe; mas com a aspereza estraga-se tudo. (Eudes. *ap.* DELUMEAU, 1991, p. 27).

Com isso, João Eudes<sup>32</sup> buscava incitar aos pregadores que deveriam sim atacar o pecado quando estiverem ministrando os sermões, mas ao estar diante do pecador, deveriam ser doces e amáveis para que este não desistisse de confessar por medo ou por horror. Essa passagem esclarece a dificuldade sofrida pelo pecador em confessar, já que o confessor deveria cuidar de tantos detalhes para que então a confissão e a contrição<sup>33</sup> fossem realizadas de maneira correta. Delumeau complementou o tema com a passagem de Guy de Montrocher, que indicou como o confessor deveria se dirigir ao pecador:

Com frases piedosas, doces e suaves, que ele incite o pecador ao arrependimento, lembrando-lhe a paixão de Cristo e os benefícios da redenção. [...] Que lhe exponha a piedade, a misericórdia, a caridade e mansuetude com

---

<sup>32</sup> Missionário jesuíta nascido na França, no ano de 1601 e falecido em 1680, em Caen, no norte da França.

<sup>33</sup> Arrependimento ou dor profunda de ter ofendido a Deus, com firme propósito de não mais pecar.



que Cristo está pronto a receber os pecadores. Que persuada também o penitente a não ter vergonha de se confessar ao padre, que é tanto ou talvez mais pecador que ele e preferirá antes se matar do que revelar os pecados que lhe tivesse sido confiados. (MONTROCHER, *ap.*: DELUMEAU 1991, p. 28).

Essa passagem, além de reforçar as dificuldades sofridas tanto pelo penitente, em relatar os pecados, como pelo confessor em como trata-los, também apresentou outra questão que envolvia o confessor, isto é, o fato de o padre se identificar como um pecador, que é tanto ou talvez mais pecador que ele. Em raríssimas ocasiões o padre apelou para uma estratégia tão arriscada, já que o clero deveria se manter, aos olhos do povo, como santos, livres desse mal, mas o uso desse recurso proporcionaria ao confessor a possibilidade de se aproximar do penitente e assim conquistá-lo com a simpatia. Apesar de ser pouco utilizada, essa possibilidade foi cogitada pelo missionário Francisco Xavier<sup>34</sup> em uma carta de 1549, aconselhando aos confessores que:

Se o medo e a desonra [prosegue] lhe fazem ainda um demônio surdo e mudo, deve-se pôr em obra um último remédio uma santa ousadia (ainda que raramente e com grande precaução), que é confessar ao penitente nossas próprias misérias, e em poucas palavras lhe revelar tudo o que poderia haver de mais difícil de confessar em nossas juventudes passadas. Esse artifício caridoso teve às vezes bom sucesso. (XAVIER, *ap.* DELUMEAU, 1991, p. 30)

Essa passagem, além de demonstrar a dificuldade de se realizar a confissão, também apresentou a consciência que muitos clérigos tinham de sua natureza, sabendo-se que a instituição era formada por homens, que estavam expostos às mesmas tentações que os penitentes. Essa atitude que a Igreja tomou trouxe grandes benefícios junto à legitimação institucional perante o público, trazendo fatores novos para o meio simbólico e imaginário popular, que refletiu na representação cultural da comunidade cristã católica. O fato de ter consciência de que os homens que dedicavam suas vidas à obra de Deus também serem afligidos pelos tormentos do pecado, fez que os indivíduos vissem, na face do confessor, a compreensão das dificuldades de se manter uma vida realmente pura.

---

<sup>34</sup> Missionário nascido na Península Ibérica, conhecido como o Missionário do Oriente, em especial na Índia e no Japão, esteve no território oriental nos anos de 1543 a 1552, ano de sua morte.

### 2.2.2. Sermões, *exemplas* e literatura: o pecado explicado através de contos e histórias.

O confessor é fator relevante na compreensão do pecado pelo homem comum na cristandade. É de se pensar que o exame de consciência era feito sempre pelo pecador antes de entrar no confessionário, uma vez no seu interior, o penitente buscava relatar com precisão suas faltas e se, por acaso, omitisse, ou esquecesse, o confessor estaria junto para auxiliá-lo na lembrança, não como um acusador, mas como um pai que deseja auxiliar seu filho em uma dura missão.

Apesar da grande importância que o confessionário teve para o ocidente medieval, não foi o único instrumento para o auxílio do ensino religioso. A presença do clero foi constante, principalmente após as modificações sofridas durante os séculos XII e XIII, que fizeram com que a instituição saísse de seu isolamento causado pela crise de fé e se aproximasse cada vez mais de seus fiéis. A população pôde, com mais frequência, ir ao encontro do seu padre, pedir auxílio para questões espirituais, que por sua vez poderia melhor vigiar seu “rebanho”.

Nesse sentido, o clero utilizou de um objeto muito abrangente e um instrumento de longo alcance social, os sermões. Cada sermão estava permeado de inúmeros *exempla*<sup>35</sup>. O historiador Jacques Le Goff sinalizou que:

[...] o século XIII vê um grande renascimento da pregação. Confrontada com os heréticos – é o apogeu dos Cátaros –, com a evolução de um mundo que, cada vez mais, oferece aos cristãos gozos terrestres, a Igreja escolhe falar. A urna sociedade em plena mutação, ela dirige uma palavra muitas vezes inédita e trata da vida cotidiana. (LE GOFF, 2004, p. 10)

Essa atitude tomada pelo clero trouxe outras formas do indivíduo entender as ideias de pecado que a instituição desejava criar no seu imaginário. A pregação buscando conciliar o cotidiano do homem medieval com a hamartologia (estudo do pecado e suas consequências) acabou por auxiliar na compreensão do conceito pelo homem mais simples. A Idade Média é muito conhecida por seus variados contos, que buscam algum tipo de ensinamento, e, como o período era dominado pelo pensamento religioso, assim

---

<sup>35</sup> Contos carregados de lições de moral muito utilizados para o ensino.

como nos sermões, a literatura era recheada de histórias alegóricas que abordavam, entre outras coisas, os sete pecados.

Um *exempla* utilizado na pesquisa de Jacques Le Goff sobre a usura<sup>36</sup> na Idade Média, que originou a obra *A Bolsa e a Vida*, foi testemunhada pelo pregador católico Jacques de Vitry. Relatou uma história a seus ouvintes sobre dois problemas quanto ao pecado da avareza: o primeiro, sobre a avareza cometida por um usurário, e o segundo, sobre a ganância que atingiu seus familiares. O texto pode dar uma orientação sobre como era representado o tormento das pessoas que cometiam tal delito, pois assim indicou o pregador:

Ouvi contar de um usurário que, nos sofrimentos de sua última doença, não querendo de maneira nenhuma abandonar seu dinheiro, chamou a mulher e os filhos e os fez jurar que cumpririam suas vontades. Ordenou-lhes sob juramento que dividissem seu dinheiro em três partes, com uma das quais a esposa poderia se casar novamente, a outra para seus filhos e filhas. Quanto à terceira, eles a deveriam colocar numa pequena bolsa que atariam em volta de seu pescoço e a sepultariam com ele. Como ele tivesse sido enterrado com uma enorme soma de dinheiro, os familiares quiseram recuperá-lo de noite, abriram o túmulo e viram os demônios introduzindo na boca do usurário essas moedas de prata metamorfoseadas em carvão ardente. Aterrorizados, eles fugiram. (CRANE *ap.* LE GOFF. 2004, p .31)

Esse tipo de texto ilustrou algumas formas de se entender como um dos sete pecados era percebido pela sociedade medieval, primeiramente, quanto à bolsa, presente em muitos outros *exemplas*, companheira do avarento usurário, que mesmo após sua morte, leva-a consigo para o tormento eterno. A bolsa aparece em outros tipos de literatura, como no texto da *Divina Comédia* de Dante Alighieri, em que o avarento aparece representado carregando uma bolsa, que o poeta testemunhou em o Inferno, Canto 17, Versos 52-57, da seguinte maneira:

Nenhuma foi por mim reconhecida  
dessas almas que o fogo aí angustia,

---

<sup>36</sup> Juro excessivo; lucro exagerado. Classificado como um dos ramos do pecado da avareza, amplamente perseguido pela Igreja, considerado um dos piores pecados entre as ramificações por se tratar de um “roubo” de tempo, que pertence gratuitamente a todos.

mas vi que todas tinham, suspendida

ao colo uma bolsinha trazia,  
cada qual, uma cor e uma figura  
que brindar-lhes a vista parecia.  
(ALIGHIERI , 2009, p. 135).

A bolsa, presente na representação, serve para lembrar ao penitente as consequências de seus pecados, cada ato é personalizado no castigo com o que lhe é formado, o avarento, carrega a bolsa, o luxurioso será atingido em suas intimidades, o guloso, impedido de comer, o soberbo, humilhado, o irado, castigado, o preguiçoso, sem o direito de descanso e o invejoso, privado daquilo que cobiça. Segundo, como forma de se passar uma lição aos demais, não apenas pelo castigo sofrido pelo avarento, que mesmo após sua morte é obrigado a engolir moedas em forma de carvão em brasa, mas também pelo ocorrido a seus familiares, que tomados pela ganância, sofreram o terror da visão do tormento do outro, e que poderiam acabar sofrendo também. E a terceira está no agente do castigo, os demônios.

Sermões carregados de pregações sobre a moral cristã, *exemplas* contando histórias cotidianas em que o pecador é castigado, literatura contando testemunhos sobre as consequências dos pecados. Todos esses fatos demonstram como o ocidente medieval sofreu uma profunda transformação na mentalidade humana, composto por povos cercados de medos “reais”, que já sofriam com as constantes invasões bárbaras, crises sequenciais de fome, pandemias, guerras, mas que ainda conseguiram encontrar formas de criar medos introspectivos, medos internos, reflexos da sua realidade. Como figura central desses medos, aparece o responsável por todos esses problemas, o diabo.

Em todos os textos sobre consequência dos atos pecaminosos surge a figura do diabo como o responsável em realizar a pena do indivíduo. Como no texto citado a pouco, de Jacques de Vitry, os demônios castigavam o usurário avarento, atormentando seu corpo já morto, impedindo-o de ter o desejado descanso eterno. Esta é uma das formas de castigo criado pelo imaginário cristão, que tem por desejo final, o paraíso eterno, mas que foi impedido pelo indivíduo que se entregou ao erro.

O diabo, como nós conhecemos atualmente, nem sempre foi da forma como é representado. Sua origem judaica o mostra como um anjo que, antes era preferido por Deus, mas que acabou por pecar, foi expulso do paraíso, tornando-se um anjo caído, mas que apesar disso, continuava belo. As transformações no pensamento cristão fizeram com que sua forma também se modificasse. Em representações antigas, Lúcifer aparece como contrário a Deus, mas ainda não como figura do mal, cabendo aos demônios, já existentes no imaginário coletivo, o tormento dos pecadores. Mas, os séculos XII e XIII viram uma profunda modificação da figura diabólica, impulsionada pelo maniqueísmo, opondo bem e mal, baseado no dualismo de Santo Agostinho, Deus como figura boa, justo e severo, mas de essência boa, e o diabo, como a figura do mal puro.

O imaginário sobre o diabo foi de extrema importância para as transformações do conceito de pecado e influenciou diretamente no cotidiano do homem medieval. Tal transformação culminou na Inquisição, na caça às bruxas e aos indivíduos que se entregavam a ele. A partir dessa transformação imaginária, se criou um culpado pelos tormentos em vida e no pós-vida. Muitos dos problemas que aconteciam na sociedade eram atribuídos a dois fatores, ao castigo divino, pelos pecados da sociedade e pelos atos do diabo. Com isso, além de cuidarem de sua alma para merecer o descanso eterno, os homens deveriam lutar contra as investidas do diabo, que os tentavam a pecar mortalmente, perdendo suas almas e o paraíso desejado.

### 2.2.3. Entre Soberba, Inveja e Ira: relações humanas acirradas.

Ao se produzir uma história cultural dos sete pecados, deve-se levar em conta fatores relevantes para o entendimento de sua inserção no cotidiano do homem medieval, considerando os fatores que estavam presentes em seu dia a dia e que transformavam a forma como os indivíduos viam sua realidade, representados nas relações sociais. Cada pecado, dos sete que compõem a lista, está interligado de maneiras específicas, e coube à Igreja dar-lhe significado e sustentação teórica. Vale salientar, no entanto, que já existiam previamente na mente dos indivíduos, já que a instituição não as criou do nada. O entendimento dos pecados só poderia se legitimar através de um complexo processo que

se iniciou no imaginário do homem, membro de uma comunidade, tornando-os normas institucionalizadas, reconhecidas por essa sociedade.

Os Sete Pecados Capitais, considerados vícios mortais, estão interligados: Soberba<sup>37</sup>, Inveja, Ira, Acídia, Avareza, Gula e Luxúria. Começando pelo primeiro da lista, por ser a origem de todos; o pecado cometido por Lúcifer, que até então, antes, era apontado como o anjo preferido por Deus, acreditou ser igual a seu mestre e então foi expulso do paraíso. Tomás de Aquino considerou apenas dois pecados possíveis a um anjo, o da Soberba e o da Inveja, o primeiro por crer ser igual a Deus e o segundo por sentir inveja, ciúmes dos humanos, tão amados por Deus, que mesmo cometendo tantos erros, após sofrerem a cólera divina, se arrependem e são então perdoados, retornando assim ao tão sonhado paraíso perdido, após a morte.

Nessa realidade é possível observar a relação direta entre três pecados, três figuras culturais interagindo para formar uma única representação, a do anjo caído que traiu seu Criador. A interação desses pecados se dá através da relação causa, motivo e efeito, sendo a soberba a causa, a inveja o motivo e a ira o efeito. Esse trio, apesar de pouco relacionado dentro dos manuais de confessores ainda assim figuraram fortemente no interior da lista principal dos piores pecados considerados pela instituição. A soberba, em muitos casos é inconscientemente praticada pelo pecador, uma vez que Tomás de Aquino a definiu da seguinte forma: “A soberba é assim chamada por nos fazer voluntariamente buscar o que está acima de nós. [...] Ora, a razão recta, por essência, impõem à nossa vontade de buscar o que lhe é proporcional.” (AQUINO, 1980 p. 3.205), o teólogo completou logo a seguir com a afirmação sobre a soberba ser: “[...] o desejo imoderado da própria excelência, i. é, em desacordo com a razão recta.” (AQUINO, 1980, p. 3.211). Esse fator defendido pelo teólogo é a principal forma de se configurar o pecado, que tem por definição ser aceito pela razão.

Apesar do vício da soberba figurar no topo dos sete pecados, a atenção dada pelo clero medieval após o século XIII, foi pouca, ficando mais concentrado na esfera da

---

<sup>37</sup> Tratado por Tomás de Aquino, não como um dos Sete Pecados Capitais, mas como a origem de todos, mas aqui apontado na lista por figurar posteriormente e se legitimar como Pecado Capital nas listas oficiais do mesmo período.

nobreza. A realidade do período não permitia muito espaço aos soberbos, já que o centro do poder estava nas mãos da Igreja, cabendo à nobreza apenas a administração feudal, além do fato das duas classes se relacionarem com interesses muito próximos. O vício da soberba só ganharia força depois desse período, mais próximo ao século XVII, em que os questionamentos quanto à fé religiosa aumentam. Pouco se viu desse vício nesse período.

Pecado pouco abordado na realidade medieval também foi a inveja<sup>38</sup>, apesar de figurar cedo na lista negra dos pecados capitais, pouco se conhecia dele no cotidiano. A própria definição desse vício aparece de forma nebulosa antes do século XIII, por muitos, entendido como ciúme amoroso. Apesar do pouco conhecimento sobre esse vício, após o IV Concílio de Latrão, apareceram nos manuais de confessores formas de se auxiliar o penitente a confessar se havia cometido o pecado de inveja. Jean Delumeau apontou que após 1216, encontrou-se nos estudos sinodais de Angers uma fórmula para a confissão, que indicava que: “O confessor perguntará ao penitente se ele se aflige ou é afligido pelas vantagens do próximo, ou se ficou contente pelo seu infortúnio”. (DELUMEAU, 2003, p. 399). Essa passagem ilustra a dificuldade que o clérigo encontrou em auxiliar o pecador com esse pecado pouco compreendido por ambos.

A dificuldade na compreensão desse pecado incentivou Tomás de Aquino a discuti-lo na *Suma Teológica*, porém esse debate apresentado na obra, auxiliava, apesar de não elucidar facilmente o ato vicioso. Para o teólogo, a inveja devia ser dividida em quatro partes, que consistem basicamente em: Medo de sofrer dano de terceiros; tristeza com bem alheio, por estar privado deste bem; tristeza com o bem alheio, quando o bem é indigno e tristeza com o bem alheio, quando excede ao bem possuído. Essa subdivisão apesar de buscar esclarecer o penitente, acabou por complicar o entendimento, já que pouco se conhecia deste pecado.

Nessa subdivisão apresentada pelo teólogo, apenas uma delas configura pecado mortal e capital. Algo assim, em meio a uma população de poucos conhecimentos, acabou acarretando ao sacerdote local, interpretá-la para poder auxiliar seu penitente na

---

<sup>38</sup> Aqui, assim como no caso do pecado da soberba e da ira, encontrou-se dificuldade em obter mais fontes e relatos sobre os três, pelos historiadores Jean Delumeau e Jacques Le Goff, que afirmaram ser escassa e pouco abordada no período, nos manuais e sumas de teologia.

confissão. Até a representação iconográfica do tema se fazia difícil por ter um conteúdo que não se apreende. (DELUMEAU, 2003)

Dentre as poucas representações encontradas desse pecado, uma encontra-se em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, uma relação entre pecado, nível social e o simbolismo animal. Nessa relação, a inveja aparece como um monge montado em um cão e carregando um falcão. Essa forma de se figurar o pecado, envolto de simbolismo apresentou três figuras características do ocidente medieval, o monge é considerado por muitos o invejoso no ocidente, sente inveja dos nobres que detinham riquezas e vida luxuosa, em detrimento dos pobres que trabalham nos feudos ou que viviam nas cidades. O cão representando a inveja que caracteriza a submissão do monge e o falcão por ser dono de olhos extremamente aguçados, típicos no clérigo confessor.

Essa forma de representação encontra-se também para outros pecados que são figurados em uma tabela construída por E. Mâle e citada por Delumeau que se utilizou também da relação pecado, nível social e animal, de forma satírica. As camadas que formam a sociedade são representadas com as ocorrências mais comuns de seus pecados, que de forma cultural foi construída da seguinte maneira:

O Orgulho (Soberba) é	Um Rei Que Cavalga	Um Leão e Carrega	Uma Águia
A Inveja	Um monge	Um cão	Um falcão
A Cólera (Ira)	Uma mulher	Um javali	Um galo
A Preguiça	Um aldeão	Um asno	Um mocho
A Avareza	Um mercador	(uma toupeira ou um esquilo)	Uma coruja
A gulodice	Um rapaz	Um lobo	Um gavião
A Luxúria	Uma mulher	Uma cabra	Uma pomba
MÂLE, <i>ap.</i> DELUMEAU, 2003, p. 452			



Apesar dessa ilustração não ser a única a representar os pecados cometidos pelas variadas camadas sociais, a forma de relacionar animais aos atores históricos que estão sendo representados foi constantemente utilizados. Para os três primeiros pecados se faz maior atenção no momento, a soberba, como discutido anteriormente, era o pecado característico da nobreza, pouco abordado pelo clero; a inveja, constantemente relacionado ao clero pela população leiga, que mesmo pouco conhecendo desse pecado, o atribuía à classe sacerdotal, que, supostamente, desejava viver como a nobreza e a ira, apesar de ser representada como uma mulher sobre um javali carregando um galo, pode ser considerada como pecado resultante de ambos os primeiros.

A ira, abordada por Tomás de Aquino como resultante da vingança, apareceu com força, no século XIII, considerado o século da justiça, não apenas a divina, mas também a leiga, a justiça humana. Nesse período, o direito romano começou a ressurgir e a ganhar expressão, auxiliado pelos códigos canônicos que se baseavam em uma formatação semelhante. Uma relação de instituições que se moldaram em conjunto para um mesmo propósito, a ordenação de uma sociedade urbana em ascensão, entre os séculos XII e XIII, incentivado pelo crescimento econômico da burguesia.

Apesar da sociedade do período ser concentrada na justiça do pós-vida, em que Jacques Le Goff, em sua obra *O Nascimento do Purgatório* levantou a questão sobre o aparecimento desse novo lugar e se estaria unido à “evolução da ideia de salvação à qual se ligam geralmente as concepções humanas do outro mundo?” (LE GOFF, 1995, p. 252). Esse questionamento permite refletir se a noção de justiça já estava presente na sociedade em questão.

Quando o tema da ira foi abordado por Tomás de Aquino, e se toda ira era pecado, o teólogo que a definiu da seguinte maneira:

[...] a ira designa propriamente uma paixão. Ora, as paixões do apetite sensitivo são boas na medida em que reguladas pela razão; e más quando excluem a ordem da razão. [...] – Primeiro, quanto ao que ela deseja, o fim a que tende, a saber, a vindicta. Por onde, a ira que deseja a realização da vindicta, segundo a ordem da razão, é digna de aprovação e se chama *ira por zelo*. Porém nutrirá um desejo vicioso da ira, a qual por isso se chama *ira por vício*, quem deseja a vingança de qualquer modo, contra a ordem da razão; p. ex., se deseja castigar

quem não merece, ou além do merecido, ou ainda não segundo a ordem legítima, ou enfim, não em vista do fim devido, que é a realização da justiça e a correção da culpa. (AQUINO, 1980 p. 3.178)

Ao definir a ira dessa forma, Aquino, claramente estava se referindo ao sentimento de justiça que está relacionado a ela, que, ao longo do tempo se alterou, de acordo com as circunstâncias apresentadas pelo contexto histórico. A Igreja definia a justiça, já que era a instituição formadora de leis e condutas, mas não a fez sozinha. A justiça leiga, apesar de pouco difundida, estava em ascensão juntamente com a expansão urbana, comandada pela classe ascendente, a burguesa. Certamente essa classe ainda não detinha poderes suficientes nos séculos XIII, XVI e XV, pois tornou-se mais fortes só a partir do fim do século XV, com a expansão de mercado consumidor e aumento de novas demandas.

O Direito Romano estava resurgindo junto com as cidades medievais, a consciência de propriedade privada vinha junto com ele, fator importante dentro desse código de conduta, com isso, as relações humanas tornam-se instáveis, devido a pouca evolução do sistema jurídico. Delimitar o que pertencia a quem, que direitos tinham determinados indivíduos, entre outras questões, afetou diretamente as relações humanas, com isso pequenos conflitos acabaram surgindo, favorecendo a ocorrência do pecado da ira, pelo desejo de uma reparação, e, muitas vezes, o iracundo acabava por exceder o seu direito e, levado ao extremo de sua razão, acabava por se entregar ao pecado.

A noção de justiça no período era variável, por isso o pecado da ira era pouco encontrado em manuais de confissão apesar de uma definição complexa na obra de Tomás de Aquino, que lhe atribuiu duas formas, uma boa e uma má, sendo que a boa estava reservada exclusivamente a Deus, e a má ligada a Lúcifer, que por sua soberba e inveja, irou-se contra os homens e desejou torná-los subversivos.

Os três pecados que estão interligados de modo mais íntimo não apareceram com grande força no sistema de legitimação institucional da Igreja, não por questões de importância, mas por pouca representatividade perante o público alvo, já que dois destes

pecados eram mais cometidos pelas camadas superiores da sociedade, com quem a Igreja, não costumava ser tão severa em questões de julgamento. Mas ao se tratar de pecados mais populares, a situação mudou e, a representatividade desses atos e a perseguição por parte do clero se intensificou. Eram os pecados mais comuns a todas as classes, capazes de afligir toda e qualquer pessoa, sem distinção.

#### 2.2.4. Gula e Luxúria: sedução da carne, perdição da alma.

A organização dos pecados classificou como vício capital e pecado mortal dois atos naturais da vida humana, que estão diretamente ligados à relação de sobrevivência do ser humano, quanto a alimentação, a Gula e, quanto a procriação, a Luxúria. Atos até então normais a quase todos os seres humanos, com leves exceções como os que exercem celibato. Ambos os pecados renderam inúmeras discussões e interpretações das mais variadas possíveis.

Assim como no caso da soberba, inveja e ira, os pecados da gula e luxúria estão ligados de um modo intrínseco, com certa intimidade entre ambos. Os dois buscam a satisfação da carne, um prazer proporcionado ao corpo, um em forma de alimentos e o outro, na forma de satisfação sexual. Mas ao tratar de atos relacionados às relações naturais humanas, o primeiro problema que surgiu ao clero foi delimitar a necessidade do ato pecaminoso. Para tentar uma solução a esse problema, Tomas de Aquino analisou e os classificou como sendo, a gula: “[...] apetite desordenado de comer e de beber. Ora, chama-se apetite desordenado o que afasta da razão recta, no qual consiste o bem da virtude moral. Pois, denomina-se pecado o que contraria a virtude. Por onde, é claro que a gula é um pecado.” (AQUINO, 1980, p.3.095). Essa definição a definiu como pecado, enquanto o significado para a luxúria partiu da ideia de que:

Quanto mais necessária for uma cousa, tanto mais deve ser governada pela regra da razão; e portanto, será tanto mais viciosa quanto mais preterir a ordem racional. Ora, a prática dos actos venéreos é sumamente necessária ao bem comum, que é a conservação do gênero humano. Por isso deve ser sumamente regulada pela ordem da razão. E por consequência será vicioso o que, nessa matéria, se fizer contra tal ordem. Ora, a luxúria por natureza excede o modo

racional na prática dos actos venéreos. Logo e sem dúvida, a luxúria é pecado. (AQUINO, 1980. p. 3.130)

Com essas definições, o teólogo trouxe uma melhor explicação para auxílio do clero que necessitava conhecer melhor os preceitos dos pecados, mas a interpretação popular acabou por seguir um caminho diferenciado. O pecado da gula, apesar de ser claramente definido pelo teólogo, não ficou tão claramente definido no cotidiano do homem medieval, independente de sua condição social. O clero por luxo, o nobre por prazer e o aldeão por necessidade.

Há muito são conhecidos os suntuosos banquetes, fartos de opções agradáveis ao paladar humano, presente na vida dos nobres europeus do período, apesar de ser uma época de baixa produção alimentícia, crises de fome assolando o ocidente no século XIV e XV, a fartura à mesa do nobre era uma realidade constante nas páginas das obras dos historiadores que dedicaram sua pesquisa a esse período. Duas camadas sociais se viam diretamente influenciadas por esse pecado, com mais poder aquisitivo, a possibilidade de frequentar banquetes era maior para o clero e para a nobreza. Apesar disso, tal pecado não era impedido ao aldeão, que em muitos casos, justificava a prática da gula com fruto de seu trabalho.

Consciente de que após o século X, o costume de se fartar com comilanças diárias acabou, já que a produção de alimentos diminuiu, mas o costume de se frequentar banquetes ainda continuava. Relatos anteriores a esse período, na Alta Idade Média, pode ilustrar como funcionava um banquete, mesmo estando em um período histórico diferente, a prática de se banquetear não modificou muito. Na obra *História da Vida Privada*, organizada pelo historiador Paul Veyne, encontram-se alguns relatos apontados pelo historiador Michel Rouche, que descreve os banquetes:

No final de um banquete em Tournai, “tirada a mesa, todos ficaram nos bancos onde se haviam instalado; beberam tanto vinho e se empanturraram de tal modo que os escravos [e os convivas] ficavam bêbados em todos os cantos da casa, segundo o lugar onde cada um tinha caído. (ROUCHE In: VEYNE, 1989, p. 429)

Esse relato feito por Gregório de Tours, apesar de não pertencer ao final do medievo, período mais focalizado neste trabalho, é capaz de ilustrar as relações do homem medieval com a gula, cometida durante os banquetes, em que tanto nobre, clérigo, hóspedes e escravos, se entregavam aos prazeres desse vício capital. A prática de comer deliberadamente, apesar de mais restrita entre os séculos posteriores ao século X, também se fez presente dentro das casas dos homens simples, em que as esposas preparavam grandes quantidades de alimentos, pouco nutritivas e muito calóricas.

O hábito de comer muito e com excessivas calorias era legitimado por dois fatores, o primeiro, pelo fato de ser pouco nutritivo, o desejo de comer era mais constante e, para evitar o sentimento de fome, excedia-se na quantidade. O segundo estava na crença de que comidas mais gordurosas e regadas a molhos quentes e calóricos eram benéficos à saúde, além de auxiliarem na libido sexual do homem. Tal crença gerou até mesmo discussões se seria pecado buscar esse tipo de alimentos para que se conseguisse maior desempenho sexual.

Esse último fator remete a pensar sobre o quinto pecado, o da luxúria. Apesar de não ser o pecado mais perseguido pela Igreja medieval, figurava entre os pecados mais complexos daquele período e que culminou numa culpabilização da mulher. A luxúria em muito foi atribuída a mulher, como pecado feminino, que levava o homem a pecar. O ocidente cristão após o século XIII presenciou grande perseguição à mulher, e além de culpá-la por muitos problemas que surgiam, a relegavam ao último plano, já que se tratava uma sociedade pensada pelo homem.

A forma de se entender a luxúria na Idade Média nos remete à uma questão fundamental, a da procriação. Esse processo natural a todo ser vivo impulsionava-o no desejo de perpetuar sua espécie, mas entre os seres humanos, a forma em que esse instinto natural era saciado, variava de acordo com a cultura de cada sociedade. O ocidente cristão criou, entre outras instituições, o casamento, que apesar de ser anterior à cristandade, sofreu uma remodelação em relação ao período anterior. Não apenas na busca por procriação, mas também na fuga dos atos pecaminosos.

Apesar de o casamento entrar no imaginário da cristandade, como regulador das questões acerca da procriação, o pecado da luxúria acabou por transcender a isso, talvez por ter sido subestimado pelos clérigos anteriores ao século XIII, que relegaram esse pecado ao último plano. Isso se deu porque esse vício figurava em último lugar na lista oficial do setenário, defendida por Evágrio, o Pôntico<sup>39</sup>, que pregava aos monges primeiramente vencer ao vício da luxúria e da gula, para que então possam vencer aos poucos os demais vícios, como se estes dois não fossem de grande dificuldade. (DELUMEAU, 2003)

Pouco se encontra em sumas de confessores sobre o pecado da luxúria antes do século XIII, mas posterior a ele ocorreu um grande combate a esse vício, incentivado pelo medo da mulher, vista como agente do demônio. Assim, a busca pelo prazer foi considerada ato pecaminoso e como reflexo do prazer sexual, a mulher acabou por carregar a culpa, de seduzir e desviar o homem. Tomás de Aquino ao apontar as “filhas da luxúria” também se referiu à busca do prazer como um ato desordenado da razão humana, e, conseqüentemente, pecado. O teólogo defendeu sua ideia da seguinte maneira:

Quando as potências inferiores aderem veemente aos seus objectos, as potências superiores hão-de por consequência ficar impedidas e desordenadas na pratica dos seus actos. Ora, pelo vício da luxúria sobretudo o apetite inferior, i. é, o concupiscível, veemente adere ao seu objecto, que é o prazer, por onde e conseqüentemente, pela luxúria sobretudo as potências superiores, i. é, a razão e a vontade, ficam desordenadas. (AQUINO, 1980, p. 3.132)

Em sua afirmação, o teólogo, reforçou a natureza pecaminosa da luxúria, que afetava a razão através da busca desordenada pelo prazer atribuída, quase sempre, como influência da mulher. Através desse pensamento, tal vício capital acabou aos poucos ganhando atenção que ainda não havia sido observada na cristandade. Certo que em meio ao clero, a luta contra o vício da luxúria era acirrada, já que a eles foi imposto o celibato<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Escritor, asceta e monge cristão, nascido em 346, em local ainda indefinido, faleceu no ano de 399.

<sup>40</sup> Estado de pessoa que se mantém solteira, impedido de manter relações sexuais.

Mas para as demais camadas sociais do ocidente medieval, a prática sexual era parcialmente liberada, mas sujeita a restrições. Para que o clero pudesse manter um maior controle quanto às relações sexuais de seu público, criou inúmeras formas de torná-las institucionais, como o já citado casamento. Apesar dos esforços da Igreja, o controle era pouco sobre esse vício capital, por isso, gradualmente, a instituição acabou tomando atitudes mais severas. Uma das principais foi a de instruir os padres sobre tal prática popular. Um texto escrito em 1604, incitava o clérigo a apelar à moral cristã, colocando tal vício em quarto lugar na lista dos pecados:

Não existe nenhum pecado que desagrade tanto a Jesus Cristo quanto o pecado da carne [...] é o vício que dá mais prazer ao diabo, já que é a isca mais encantadora e mais eficaz para atrair as almas nas suas armadilhas. Não há nenhum pecado em que todas as circunstâncias sejam todos mortais como do pecado de impureza. Um pequeno furto e um pequeno acesso de cólera são apenas pecados veniais; mas um olhar lúbrico e um pensamento impuro com a menor complacência são pecados mortais, que condenam às chamas eternas. Enfim, não há vício que arrase um tão prodigioso número de almas aos infernos como a impureza. Infeliz daquele que for desse número. (LE DOCTRINAL, *ap.* DELUEMAU. 2003, p. 403-404).

Essa passagem, além de apelar para a moral cristã também demonstrava a importância dada posteriormente a tal vício. Outra tentativa de controlar esse ato natural foi a de tornar o casamento um dos sete sacramentos, além de também o regular dentro do próprio matrimônio, limitando o período em que o casal poderia ter encontros íntimos.

Tal pecado acabou ganhado ainda mais força com o auxílio de uma de suas ramificações, o adultério. Tomás de Aquino enfatizou o caráter de pecado grave do adultério, expressando-se da seguinte maneira:

O adultério, como o próprio vocábulo significa, é a participação do leito alheio. O que importa em delinquir duplamente – contra a castidade e o bem da geração humana. Primeiro, ter o adúltero relação com uma mulher com quem não está unido em matrimônio, união esta exigida pelo bem da prole a ser educada. De outro modo, por ter relação com mulher unida em matrimônio, o que impede o bem da prole alheia. E o mesmo se dá com a mulher casada, que se deixa corromper pelo adultério. Donde o dizer a Escritura: *toda mulher que deixa a seu marido pecará, porque primeiro ela foi desobediente à lei do Altíssimo, que determinou – não fornicarás; a secundariamente pecou contra o seu marido,*

*porque fez-lhe incerta a prole; e em terceiro lugar, no adultério que cometeu violou a castidade conjugal e cedeu a si filhos de outro, que não era seu consorte, o que vai contra o bem da própria prole. Ora, quanto à primeira prevaricação, ela é comum a todos os pecados mortais; e as outras duas especialmente incluem a deformidade do adultério. Por onde é manifesto, que o adultério é uma determinada espécie de luxúria, por implicar uma deformidade especial relativamente aos actos venéreos. (AQUINO, 1980, p. 3.149)*

Tal orientação trouxe ao clero um melhor entendimento desse tema, proporcionando-lhe uma melhor forma de difundir-lo como pecado ligado a luxúria, para todos os cristãos. Manifestando-se posteriormente nas representações presentes na literatura e como castigo a esse vício capital, em Dante Alighieri (*Inferno*, canto V, versos 22-33), um vento infernal os atormenta por toda a eternidade:

Os tristes sons começo a perceber  
Do lugar aonde eu vim, onde queixume  
E muito pranto vêm me acometer

Vim a um lugar mudo de todo lume  
Que muge como mar que, em grã tormenta,  
De opostos ventos o conflito assume

A procela infernal, que nunca assenta,  
Essas almas arrasta em sua rapina,  
Volteando e percutindo as tormenta.  
(ALIGHIERI, 2009, p. 60).

Luxúria e Gula, pecados da carne, castigados com a punição da carne, como no texto anteriormente citado, aos que não se arrependiam antes da morte. Esse tipo de interpretação chegava à população, que ao absorvê-la, acabava por representá-la em sua própria cultura, culpando a mulher, nas mais variadas circunstâncias, e que por fim, acabou virando o “bode expiatório”.

#### 2.2.5. Avareza e Preguiça: economia e pecado andam de mãos dadas.

Já é fato conhecido que o fator econômico mundial deu seus primeiros passos rumo ao capitalismo durante a Idade Média. Foi nesse período que surgiram instituições que posteriormente deram base de sustentação às políticas capitalistas. Mas, um segundo



ponto chama a atenção ao abordar esse tema: Como a Instituição mais poderosa da época reagiu a esse crescimento econômico emergente justamente no período de maior abrangência de seu poder? Para uma questão como essa, se faz necessário uma análise da história dos últimos dois vícios capitais, diretamente ligados ao crescimento econômico: Avareza e Preguiça.

O período que antecedeu o fim da Idade Média foi um momento de grandes transformações nas relações sociais, tais mudanças abalaram todas as formas como os indivíduos viam e representavam seu mundo, sua realidade. No campo religioso, a mudança na forma de realizar a confissão, tornando-se individual e auricular, no pensamento, um retorno aos antigos filósofos gregos, influenciando os religiosos e criando a escolástica. A economia também sofreu suas mudanças, lentamente, mudando suas estruturas, formando atores históricos até então desconhecidos.

Quando se pensa na economia medieval ligada ao pecado, é natural que venha à mente primeiramente o pecado da avareza, já que este vício está associado às relações de comércio e de lucro. Mas esta reflexão se iniciará por outro pecado, a preguiça. Jean Delumeau, ao realizar sua pesquisa, sinalizou de início o pouco aparecimento desse termo nas obras sobre pecado, apesar de ser uma palavra que era conhecida, não aparentava ser de grande relevância aos clérigos anteriores ao século XIII, e mesmo posterior a ele, seu significado estava envolto em neblina, não permitindo uma definição mais exata desse conceito. Esse fenômeno se deu devido ao fato de que no período não se tinha uma obsessão pela produção de excedente, nem pela camada social emergente na época, a burguesia.

Duas preocupações permaneciam na mente dos eclesiásticos, que afetavam de maneira mais relevante suas meditações, a acedia e o ócio. Diferentemente do que conhecemos atualmente sobre ócio, naquele contexto, não era a negação do trabalho em favor do prazer de nada fazer, mas sim a negativa sobre um dever espiritual, da mesma forma que se apresentava a acedia, porém o ócio se reservava à população leiga e a acedia para os clérigos. A definição de maior abrangência sobre a acedia, no século XIII, surgiu

em Tomás de Aquino, que a configurou como um dos pecados capitais, interpretando-a como uma tristeza, mas também como pecado por que:

A acedia, segundo Damasceno, *é um tédio que acabrunha*; i. é, que deprime de tal modo a alma do homem que não lhe apraz fazer nada; assim como tudo o que é ácido é ao mesmo tempo frio. Por isso, a acedia produz um certo tédio de agir, como claramente o diz a Glosa áquilo da Escritura – *A alma deles aborreceu toda a comida, e certos também dizem que a acedia é um torpor da alma, que desiste de começar o bem*. Ora, tal tédio é sempre mal; quer em si mesmo, quer, pelos seus efeitos. Pois, é em si mesmo mau o tédio causado por um mal aparente, que é verdadeiramente um bem; assim como, ao contrário, é mau o prazer causado por um bem aparente, que é verdadeiramente um mal. Ora, sendo o bem espiritual um verdadeiro bem, o tédio causado por ele é mau, em si mesmo. Mas também o tédio causado por um mal verdadeiro é mau pelos seus efeitos, se acabrunhar o homem de modo a retrá-lo totalmente das boas obras. Por isso, o Apóstolo não quer que o penitente *seja consumido de demasiada tristeza*, por causa do pecado. Por onde, a acedia, no sentido em que aqui a consideramos, designando o tédio causado pelo bem espiritual, é duplamente má: em si mesma e nos seus efeitos. Logo, a acedia é um pecado, pois, chamamos pecado aos movimentos apetitivos maus, como do sobredito se colhe. (AQUINO, 1980, p. 2.337)

Quando o teólogo definiu assim o pecado capital da acedia, seguindo a corrente interpretativa de sua época, entendia como tristeza, um “vazio da alma, um tédio profundo em face do bem espiritual por causa do esforço físico que ele exige.” (DELUMEAU, 2003, p.432) Como já observado, a acedia era entendida como um desânimo espiritual, sua relação com a preguiça era nula, mal se aproximando de tal conceito. Apenas o ócio tinha uma pequena aproximação da preguiça, mas sem maiores laços, já que se fugia do ócio, não em busca de trabalho, mas para não ficar a mercê da tentação do Diabo, que influenciava a mente do homem ocioso.

Em contrapartida a esse momento, em meio ao contexto das relações sociais ligadas à religião, as relações de comércio se modificaram, tornando-se cada vez mais complexa. Novas instituições surgiram, relações de trocas se intensificavam, a utilização da moeda como valor de comércio se tornava cada vez mais comum. Nisso, o usurário avarento entrou em cena. Dentre o pecado da avareza existia uma ramificação considerada a mais grave entre as demais, a usura, por violar inúmeros preceitos

religiosos. A usura e a avareza acabaram se tornando realidade indesejada para uma sociedade que buscava um afastamento dos pecados para não afastar da vida no paraíso após a morte.

Eis um perfil do usurário avarento representado de forma satírica pelo ocidente medieval, um homem gordo, segurando uma bolsa, engolindo moedas ou defecando ducados. A relação entre a usura e a sexualidade oral ou anal apareceu com força no ocidente medieval, associando, o dinheiro ganho injustamente, ao imaginário popular. (LE GOFF. 2004). Além dessa forma de representar o usurário, também estava na corrente uma relação com o antissemitismo que o período observava, fazendo relação entre o usurário, o judeu e uma figura bestial, representação expressa por André Pezard, um dantólogo que analisou o pensamento do poeta e destacou como se criou sua ideia de acordo com sua realidade histórica: “[...] a usura é condenada (...) como uma forma de bestialidade” (PÉZARD, *ap.* LE GOFF. 2004, p. 34). É certo que o momento histórico era desfavorável ao judeu que vivia no ocidente, perseguido, ficava impedido das atividades primárias e secundárias, restando-lhes as atividades de médico e de usurário.

Engana-se quem imaginou um ocidente medieval em que a prática da usura era exclusiva dos judeus, apesar dessa camada social fazer parte dessa relação comercial, a aceleração no mercado causado pelo crescimento mercantil fez surgir um grande número de cristãos usurários, acarretando variados medos. Como consequência da busca por riquezas trazidas através de usura, Jacques Le Goff destacou esse temor, apontando que:

No século XIII, o papa Inocêncio IV e o grande canonista Hostiensis temem a deserção dos campos, devido ao fato de os camponeses terem se tornado usurários ou estarem privados de gado e de instrumentos de trabalho pelos possuidores de terras, eles próprios atraídos pelos ganhos da usura. A atração pela usura faz aparecer a ameaça de um recuo da ocupação dos solos e da agricultura, e com ela o espectro da fome. (LE GOFF, 2004, p. 22).

Além do medo da fome, outra realidade se apresentou nesse contexto, a retomada de crescimento das cidades. Já é fato conhecido que houve um grande êxodo rural no período subsequente ao século XIII, incentivado por inúmeros fatores que culminaram

nesse fato histórico. Além das constantes invasões no meio rural, processos de cercamento, incentivados pelo aumento de produção têxtil, presente no final do século XIII, mas, acelerado no decorrer dos séculos XIV e XIV, período de ascensão da burguesia.

Dessa forma, encontra-se no interior das cidades a ligação mais visível entre preguiça e avareza. Crescimento populacional nas cidades, aumento dos cristãos usurários que buscavam nessa prática uma forma de subir na “roda da fortuna”, que até então só girava a favor dos nobres e do clero, aquecimento da economia mercantil, maior produção de artesanatos e manufaturas e com isso, uma mudança no *status* social de uma parcela da população. Enquanto uns indivíduos cresciam em riquezas, outros caíam ainda mais na pobreza, terminando por viver nas ruas, a base de esmolas e contando com a caridade dos demais. No início, essa questão não esteve na pauta da Igreja, já que era permitido a mendicagem nas ruas, desde que não fosse praticado roubo, que era pecado mortal.

Apesar da permissão da Igreja sobre a mendicagem, o aumento da população pobre fez a situação mudar. As representações culturais sobre a figura do pobre se modificou lentamente, saindo do modelo de pobreza que se fazia na figura de Cristo, o que incentivou a criação das Ordens Mendicantes, para a desgraça e a punição divina. A busca pela reeducação da população pela Igreja se iniciou através dos textos bíblicos, no Livro de Provérbios, encontram-se passagens que incitam a população a deixar a indolência: “Vai ter com a formiga, ó preguiçoso; olha para os seus caminhos e sê sábio.” (Provérbios. 6, 6) também em outras passagens do mesmo livro:

Em todo trabalho há proveito, mas ficar só em palavras leva à pobreza; A preguiça faz cair em profundo sono, e a alma indolente padecerá fome; Um pouco a dormir, um pouco a cochilar; outro pouco deitado de mãos cruzadas, para dormir, Assim te sobrevirá a tua pobreza como um vagabundo, e a tua necessidade como um homem armado. (BIBLIA, A. T. 2010. Provérbios, 14, 23; 19, 15; 24, 33-34)

A existência de textos bíblicos com esse conteúdo auxiliou na reeducação popular, mas não resolveu a questão, já que a natureza da preguiça era pouco conhecida

no período medieval, a aversão à pobreza e a prática da usura acarretava no exercício de ambos, indiscriminadamente, um legitimando o outro. A instituição ainda não tinha bem definidas as bases do pecado da preguiça. A partir de três caminhos, acabou por, lentamente, transformar o pensamento do homem medievo.

A Igreja iniciou uma exposição dos perigos que ociosidade podia trazer, culminando no elogio do trabalho pelo trabalho, em segundo, uma mudança radical da representação do pobre, que como já citado anteriormente, era representado na figura de Cristo e doravante, lentamente transformado em figura de desprezo, temor, de condenação e morte. Em terceiro, uma reflexão sobre o tempo. (DELUMEAU. 2003)

Apesar das três maneiras de se legitimar a perseguição à preguiça, a terceira acabou por também servir ao vício da avareza, as formas de se entender e medir o tempo. Ambos os vícios têm ligação com o tempo, de maneira muito particular. Por um lado o preguiçoso, que não “aproveita” seu tempo para algo produtivo, e o usurário avarento, que rouba o tempo que não lhe pertence. Ao preguiçoso, as ameaças de um castigo divino após a morte, por não ter usufruído seu tempo para as atividades espirituais – ainda uma forte presença da acedia, uma vez que não se separa rapidamente conceito de imaginário – e também durante a vida, em que passará fome por não ter buscado através de seu trabalho, um sustento. Para a usura do avarento, as promessas de uma punição eterna, por roubar algo que pertence a Deus, que oferece de maneira gratuita a todos, o tempo, sendo acusados de ladrões, como por exemplo, por Thomas de Chobham que afirmou:

Os usurários são ladrões, pois vendem o tempo, que não lhes pertence, e vender o bem alheio, contra a vontade do possuidor, é um roubo. [...] Assim o usurário não vende a seu devedor nada que lhe pertença, mas apenas o tempo, que pertence a Deus. [...] Como ele vende uma coisa alheia, disso não deve tirar nenhum proveito. (SUMMA CONFESSORUM, *ap.* GOFF. 2004, p.37).

Assim como Thomas de Chobam identificou os usurários como ladrões de tempo, Guillaume d’Auxerre também os chamou de ladrões, invocando a ameaça do castigo divino presente nas Escrituras:

O sol é obrigado a fazer doação de si para iluminar, do mesmo modo a terra é obrigada a fazer doação de tudo o que Lea produzir, e do mesmo modo a água. Mas nada faz doação de si de maneira mais conforme á natureza do que o tempo; por bem ou por mal, as coisas têm tempo. Já que o usurário vende aquilo que pertence necessariamente a todas as criaturas, ele lesa todas as criaturas em geral...: e é uma das razões pelas quais a igreja condena os usurários. De onde resulta que é especialmente contra eles que Deus diz: “Quando eu retomar o tempo, ou seja, quando o tempo estiver em minhas mãos de tal modo que um usurário não poderá vendê-lo, então eu julgarei conforme a justiça. (SUMMA ÁUREA. *ap.* DELUMEAU. 2003, p .418) .

O pecado contra o tempo acaba ganhando força com essas acusações, beneficiando tanto as intenções da Igreja, enquanto instituição, como a nova economia emergente, que necessitava de legislações mais abrangentes, não apenas no âmbito leigo, mas também religioso, para legitimar sua política de exploração de trabalho, que culminariam no nascimento do capitalismo. Apesar de muitos métodos utilizados pela economia serem vistos com maus olhos pela Igreja, o fato de tornar a preguiça e a usura pecados mortais beneficiou a ambos, já que a instituição religiosa, posteriormente, usufruiu dos bens que o crescimento econômico proporcionou com a prática de mercado, apesar de andar no limite do pecado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas modificações ocorreram ao longo da Idade Média. Transformações que abalaram toda a estrutura social do ocidente cristão. A sociedade desse período criou novos símbolos, baseados no imaginário coletivo de seu povo, e a esses símbolos deu significados, criou rituais complexos, que auxiliaram na legitimação dessas novas alegorias sociais, fundamentando as instituições que ali foram geradas. Em meio a essa simbologia, as representações sociais se fizeram claras no convívio cotidiano de uma coletividade que estava em constante transformação. O pecado, conceito peculiar, foi fator importante dentro dessas transformações para o ocidente medieval. Desde o início da Era Cristã, o homem está envolto pelo pecado, seja como vítima, por ele enganado, seja como acusado, por ele culpado, seja como cúmplice de quem o criou, por ele entregue. Essa realidade ainda persiste, de certa forma, entre os cristãos, uma vez que se trata de um conceito elaborado pelas autoridades institucionais e, legitimado pela própria comunidade através da fé. Esta crença, única e característica, firmada como dogma pela Igreja, não se manteve uniforme na mente humana, pois sofreu variadas interpretações, de acordo com as necessidades históricas dos diferentes segmentos sociais.

As interpretações ainda persistem, o entendimento de tal ideia ainda continua, com as suas variações. Os Sete Pecados Capitais, envolto em alegorias, permanece incrustado na consciência humana, ainda que sob diferentes formas de concebê-los. Nascido do pecado original, divididos entre os atos humanos, estigmatizados pelo medo da punição divina, medo do Diabo ou pelo medo de perder a vida sem alcançar o paraíso prometido. Tais temores persistem em nossos dias, de forma especial para aqueles mais comprometidos com sua crença. De resto, muito se tem argumentado em torno de uma generalizada descrença, no entanto, o mistério em torno pós-vida ainda persiste no imaginário ocidental.

A presente pesquisa buscou refletir sobre essas transformações sociais, refletidas nas representações cotidianas dos indivíduos inseridos na realidade do século XIII. Apesar de passados oitocentos anos da definição dada por Tomás de Aquino para o setenário, a sua força no imaginário coletivo ainda é grande. Apesar de modificados os

valores e preceitos, o pecado ainda é visto com maus olhos e interpretado de acordo com a necessidade e o entendimento dos indivíduos.

A Igreja ainda busca manter ativo o conceito de pecado, mas consciente de que das grandes transformações culturais dos últimos tempos, não persegue mais os pecadores como em tempos anteriores, antes busca se fazer presente, orientando, acolhendo, esclarecendo. Mesmo porque, em um mundo tão consumista, como o que vivemos, muitas vezes o espaço reservado para o sagrado e espiritual, não é muito grande, apesar da permanência dos preceitos religiosos.

Guardar dinheiro, sem destiná-lo à caridade não é mais pecado de avareza, mas um empreendimento, uma previdência para posteriores emergências ou investimentos futuros. O avarento não é mais pecador, mas um empreendedor. Essa modificação na interpretação se deu, gradativamente, de acordo com o perfil das novas sociedades, portanto de outras demandas históricas. O vício capital se transformou juntamente com a realidade humana. Se hoje a Igreja já não acusa o crente de avarento, o estimula a praticar a caridade, se o guloso não é chamado de pecador, é orientado para os cuidados que deve ter com seu corpo e sua saúde. Dessa forma, o que era pecado antes, passível de punições e penitências, hoje se transformou, de um modo geral, em orientação, que objetiva muito mais sinalizar as pessoas de suas responsabilidades e torná-las mais saudáveis e felizes, física e mentalmente, do que despertar medo e temor.



**FONTES**

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Editora 34, 2009.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. 2 v. 1980.

\_\_\_\_\_. *Suma Teológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. Disponível em: < <http://books.google.com.br> > Acesso em: 28 ago. 2014.

BIBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. 5. ed. corrigida e revisada. São Paulo: Instituto Cristão de Pesquisas, 2010.

CATECISMO da Igreja Católica. Disponível em: < <http://w2.vatican.va/content/vatican.html> > Acesso em: 28 ago. 2014.

I CONCÍLIO de Nicéia, 324. Disponível em: < <http://www.e-cristianismo.com.br/> > Acesso em: 28 ago. 2014.

IV CONCÍLIO de Latrão, 1215. Disponível em: < [sites.google.com/conc%C3%ADlios/concilio-de-latrao](http://sites.google.com/conc%C3%ADlios/concilio-de-latrao) > Acesso em: 28 ago. 2014.

## REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição e o Simbólico. In: \_\_\_\_\_. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.142-187.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas sociais. In: \_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.13-28.

DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão*. a confissão católica séculos XIII a XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *O Pecado e o Medo: a culpabilidade no ocidente (séculos 13-18)*. v. 1 e 2, Bauru: Edusc, 2003.

GREGÓRIO I, Papa. Introdução. In: *Regra Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2010.

KARNAL, Leandro. Os velhos e os novos pecados. In: *Café Filosófico*. Palestra Gravada. 21 set. 2012. Son. Color. 102,10 min. Disponível em:< <http://www.youtube.com/> Acesso em: 29 ago. 2014.

INÁCIO, Inês C.; DE LUCA, Tania R. *O Pensamento Medieval*. São Paulo: Ática, 1994.

LE GOFF, Jacques. O Maravilhoso no Ocidente Medieval. In: \_\_\_\_\_. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 19-37.

\_\_\_\_\_. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Bolsa e a Vida: Economia e Religião na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VEYNE, Paul. (org). *História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## REFERÊNCIAS

- a) LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- b) LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (orgs.) *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, v. 1 e 2, 2006.
- c) LE GOFF, Jacques. Uma Civilização Ganha Corpo. In: \_\_\_\_\_. *Em busca da Idade Média*. Conversas com Jean-Maurice de Montremy. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 123-168.

**BIBLIOGRAFIA**

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONDEN, Ludovico. *Consciência Renovada: consciência cristã de pecado na perspectiva moderna*. São Paulo: Herder, 1968.

PIRES, Celestino. *Inteligência e Pecado em Santo Tomás de Aquino*. Braga: Livraria Cruz, 1961.

RENDINA, Claudio. *Os Pecados do Vaticano: soberba, avareza, luxúria, pedofilia: os escândalos e os segredos da Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.